

ALETÉIA HENKLAIN FERRUZZI



DFH E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:
EVIDÊNCIAS DE VALIDADE

ITATIBA
2006

ALETÉIA HENKLAIN FERRUZZI

DFH E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:
EVIDÊNCIAS DE VALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco para obtenção do título de Mestre.

ORIENTADOR: FERMINO FERNANDES SISTO

ITATIBA
2006

Resumo

Ferruzzi, A. H. (2006). *DFH e adolescentes em conflito com a lei: evidências de validade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Universidade São Francisco, Itatiba, 105p.

O objetivo deste estudo foi buscar evidências de validade do teste Desenho da Figura Humana em sua forma projetiva para uma população de adolescentes em conflito com a lei, por meio da validade de critério. O estudo foi realizado a fim de verificar se existem diferenças de personalidade entre adolescentes em conflito com a lei e aqueles em conformidade com essa. Para isso, foram realizadas comparações entre os protocolos de 85 adolescentes de uma unidade de Semiliberdade da Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM-SP) e 40 adolescentes de duas escolas da grande São Paulo. Todos os participantes da pesquisa eram do sexo masculino e com idade entre 14 e 18 anos. A aplicação foi realizada conforme a técnica de Machover e a correção baseada em Portuondo, devido a maior proximidade com a técnica original de Machover. Foram avaliados 10 diagnósticos nosológicos conforme proposto por Portuondo, a saber, agressividade, inadaptação social, histeria, psicopatia, infantilidade, dificuldade sexual, manias, esquizoidia e esquizofrenia. Os resultados apontaram evidências de validade apenas para os diagnósticos nosológicos de infantilidade e mania. O resultado obtido pode ser decorrente de alguns fatores como os aspectos sociais, a sensibilidade do instrumento utilizado e a precisão entre os avaliadores. Pode-se concluir que, por meio DFH, é possível distinguir a personalidade de adolescentes infratores e não infratores para o diagnóstico de infantilidade e mania, não sendo eficaz para os demais diagnósticos.

Palavras-chave: Desenho da Figura Humana, Delinquência Juvenil, Evidências de Validade, Personalidade, Avaliação Psicológica.

Abstract

Ferruzzi, A. H. (2006). *DFH and adolescents in conflict with the law: validity evidences*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Universidade São Francisco, Itatiba, 105p.

The objective of this study was to search for validity evidences of the test Draw a Person in its projective form for a population of adolescents in conflict with the law, by means of criterion validity. The study took place in order to verify if there are personality differences among adolescents in conflict with the law and those in conformity with it. For that comparisons were made between 85 adolescents who are partially destitute of freedom from an unit of the Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM-SP) and 40 adolescents from two schools of the great São Paulo region. All the participants of the research were male and from 14 to 18 years old. The application was made according to the technique of Machover and the appraisal was based on Portuondo due to its closer proximity with the original technique of Machover. Ten types of diagnosis were appraised as proposed by Portuondo: aggressiveness, antisocial behavior, hysteria, psychopathy, childishness, sexual difficulty, mania, schyzophrenic behavior and schizophrenia. The results pointed validity evidences only for the childishness and mania diagnosis. The result can be due to factors like social aspects, the sensibility of the used instrument and the precision between appraisers. The research concluded that, by the use of DFH, it was possible to distinguish the delinquent adolescent personality from those who are not delinquents for the diagnosis of childishness and mania, and DFH was not effective for the other diagnosis.

Keywords: Draw a Person, Juvenile Delinquency, Validity Evidences, Personality, Psychological Assessment.

Sumário

LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE ANEXOS	vi
APRESENTAÇÃO.....	01
1 - Avaliação Psicológica.....	03
1.1 - A PROBLEMÁTICA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	03
1.2 - TESTE DE PERSONALIDADE E TÉCNICAS PROJETIVAS.....	09
1.3 - DESENHO DA FIGURA HUMANA	23
1.4 - QUESTÕES DE VALIDADE E PRECISÃO DO DFH COMO TESTE PROJETIVO.....	27
2 - Adolescência	35
2.1 - ASPECTOS GERAIS DA ADOLÊSCENCIA.....	35
2.2 - ADOLESCÊNCIA E O ATO INFRACIONAL	41
3 - MÉTODO	59
3.1 - PARTICIPANTES.....	59
3.2 - MATERIAL.....	60
3.3 - PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO.....	60
3.4 - PROCEDIMENTO DE CORREÇÃO.....	61
4 - RESULTADOS	64
4.1 - CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS ESTUDADOS	64
4.2 - ESTUDO SOBRE AS DIFERENÇAS DOS GRUPOS EM RELAÇÃO AOS 10 DIAGNÓSTICOS NOSOÓGICO: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE POR GRUPOS CONTRASTE.....	68
5 - DISCUSSÃO.....	72
5.1 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
6 - REFERÊNCIAS.....	78
7 - ANEXOS	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da frequência e porcentagem das idades dos participantes da pesquisas	59
Tabela 2 - Distribuição de frequência e porcentagem da escolaridade dos participantes	64
Tabela 3 - Distribuição de frequência e porcentagem das pessoas com que os participantes residem	65
Tabela 4 - Distribuição de frequência e porcentagem do número de irmãos dos participantes... ..	66
Tabela 5 - Distribuição de frequência e porcentagem do uso de drogas... ..	66
Tabela 6 - Distribuição de frequência e porcentagem dos delitos cometidos... ..	67
Tabela 7 - Média, desvio padrão, valores de t e p e grau de liberdade para os 10 diagnósticos	
Nosológicos	69
Tabela 8 - Média, desvio padrão, valores de t e p e grau de liberdade para os itens do diagnóstico	
nosológico de infantilidade... ..	70
Tabela 9 - Média, desvio padrão, valores de t e p e grau de liberdade para os itens do diagnóstico	
nosológico de mania	71

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (primeira e segunda via)	86
Anexo II - Questionário de identificação	88
Anexo III - Roteiro d inquérito do DFH... ..	89
Anexo IV - Critérios de correção do DFH... ..	90
Anexos V - Protocolos realizados	93

APRESENTAÇÃO

A forma como os adolescentes se desenvolvem, os comportamentos típicos dessa fase, não são muito bem compreendidos e suportados por muitos. As inúmeras formas de manifestação do desejo de testar os limites que são impostos aos adolescentes e as inconstâncias do comportamento fruto da transição entre a infância e a fase adulta, requer muita habilidade, paciência, compreensão e muita dedicação daqueles que se dispõem ao trabalho com os adolescentes. Conhecer a forma de pensar, agir, as mudanças fisiológicas e psicológicas que acontecem nessa fase do desenvolvimento, assim como as relações sociais e o meio em que vivem é fundamental na compreensão dos adolescentes.

O trabalho com adolescentes em conflito com lei exige muita dedicação e habilidade, devido aos limites que são impostos a eles quando cumprem alguma medida sócio-educativa. De janeiro a maio de 2005, 28 rebeliões aconteceram nas unidades de internação da FEBEM-SP. Muitas dessas rebeliões apresentam como justificativa os maus-tratos sofridos pelos menores. Conforme informações fornecidas pela coordenação da FEBEM-SP até julho de 2005, no estado de São Paulo, havia 5.578 menores presos em sistema de internação, 865 cumprindo internação provisória, 582 em sistema de semiliberdade e aproximadamente 9.000 em liberdade assistida, totalizando aproximadamente 16.000 adolescentes.

Pensando na dificuldade do trabalho com adolescentes e mais especificamente com adolescentes em conflito com a lei, o presente trabalho pretende validar um teste psicológico para esses adolescentes. O instrumento é o Desenho da Figura Humana, que na sua forma projetiva, levanta as características de personalidade dos indivíduos que o fazem.

Assim, pretende-se conhecer um pouco mais das características dos adolescentes em conflito com a lei e compará-los com aqueles em conformidade com a lei.

Para cumprir o objetivo proposto o presente trabalho se organiza da seguinte forma: Primeiro discorre-se sobre a avaliação psicológica, a importância da mesma e os questionamentos. Aborda também as características psicométricas essenciais para a construção de um instrumento de avaliação psicológica. Na sequência, aborda-se especificamente as técnicas projetivas, o teste Desenho da Figura Humana. Posteriormente são apresentadas algumas técnicas projetivas muito conhecidas e empregadas. O Desenho da Figura Humana é apresentado segundo alguns autores, como Koppitz e Machover. São apresentados alguns estudos com evidências de validade e fidedignidade do instrumento.

Em seguida discorre-se sobre a adolescência, apresentando algumas considerações históricas sobre esse período do desenvolvimento, além de estudos com adolescentes em conflito com a lei. No item seguinte são apresentadas definições e caracterizações sobre adolescentes e também algumas considerações sobre a criminalidade e as possíveis causas para a sua ocorrência.

O método apresenta a forma como o estudo foi realizado, a descrição do material e os procedimentos de correção e análise dos dados. Na sequência são apresentados os resultados obtidos, as características da população que colaborou com o estudo, e as evidências de validade dos 10 diagnósticos nosológicos proposto por Portuondo (1978).

O item discussão apresenta algumas considerações acerca dos resultados obtidos, fundamentando-os na literatura existente e algumas observações e sugestões sobre o presente estudo. Por fim, são apresentados a bibliografia e os anexos utilizados nesta pesquisa.

1 - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

1.1 - A problemática da Avaliação Psicológica

A avaliação psicológica é uma atividade exclusiva do psicólogo e é ainda muito discutida e questionada. Por anos a avaliação psicológica não foi bem vista, em consequência das suas técnicas rudimentares, porém ela tem passado por atualizações, decorrentes também das críticas que sofreu. De certa forma, as críticas levam as reflexões e incentivam as pesquisas (Anastasi & Urbina, 2000; Noronha, 2002).

Noronha (2002) comenta que ainda existem questionamentos acerca da necessidade da avaliação psicológica em determinadas áreas. Witter e David (1996) enfatizam a avaliação de maneira geral seja ela psicológica, ou não, como fundamental para a tomada de decisão, ou seja, servir para orientar a melhor forma de tratamento. É inaceitável que qualquer intervenção ocorra sem que tenham sido realizadas as avaliações necessárias, visando a uma atuação correta.

Estudos estão sendo realizados levando em consideração a importância da avaliação psicológica e destacam a melhora da qualidade dos instrumentos utilizados. Wechsler (1999) destaca que, nos últimos anos, os testes psicológicos caíram em descrédito porque não eram adequados para as características da população brasileira. Noronha (2002) relata a pesquisa realizada em 1998 por Almeida, Prieto, Muniz e Bartram em que os autores estudaram o uso dos testes psicológicos em países Ibero-Americano como Portugal, Espanha, e também no Brasil. Com o estudo é possível notar que os problemas mais frequentes, envolvendo a prática dos testes, são “xerocar” material, utilizar testes inadequados, não estar informado das

modificações da área, não utilizar folha de resposta padronizada, não ter claras as normas de padronização, aplicação de testes feita por leigos, não adaptar o instrumento para o país ou região onde será aplicado, não arquivar corretamente e não dar seguimento ao estudo dos testes e fazer interpretações que excedem o instrumento.

Preocupado com essa problemática, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou em 2001 a resolução nº025/2001 que regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização dos testes psicológicos. O referido documento preocupou-se com a necessidade de aprimorar os instrumentos e procedimentos técnicos dos psicólogos, com o propósito de garantir serviços com qualidade técnica e ética aqueles que usufruem desse serviço. Com essa preocupação, a resolução determina alguns requisitos mínimos para que os instrumentos possam ser utilizados pelos profissionais, tais como, fundamentação teórica com definição dos construtos, apresentação dos dados empíricos da validade e precisão da interpretação do escore dos testes, e no caso das técnicas projetivas, deve-se apresentar do sistema de correção e interpretação dos escores, apontando a lógica que fundamenta o sistema de interpretação adotada. Segundo a resolução nº 025/2001 deve haver também um critério para a aplicação de cada instrumento e destaca-se a necessidade dos testes psicológicos serem revisados a cada 10 anos, consistindo em falta ética o uso de instrumentos que não estejam de acordo com os requisitos determinados pelo CFP (2001).

Segundo Flores-Mendoza, Nascimento e Castilho (2002) a frase “os testes psicológicos medem aquilo que pretende medir” é a mais ouvida daqueles que são contrários aos testes psicológicos. Ao questionar os testes, deseja-se saber sobre sua validade, se um teste mede aquilo que se propõe a medir, ou seja, se um teste de inteligência mede realmente a capacidade cognitiva do indivíduo, e assim os demais testes.

A problemática acerca da avaliação psicológica levanta considerações desde há algum tempo atrás, como pode ser observado no artigo publicado por Sisto, Codenotti, Costa e Nascimento em 1979. Os autores consideram que todo esforço para se obter a validação de um instrumento deve ser incentivado e destacam que obter evidências de validade de um teste psicológico pode ser muito difícil devido às pressões sociais e psicológicas. Atribui-se a isso a complexidade dos próprios homens, objetos de estudos e das pressões e expectativas sofridas.

Quando se trata de um instrumento desenvolvido para outra cultura, as questões relativas à validade tornam-se ainda mais preocupantes. A título de exemplo, um instrumento verbal criado na Alemanha para medir inteligência, quando traduzido para a língua portuguesa e aplicado no Brasil, pode medir apenas fluência verbal. Antes da utilização de um instrumento como esse, deve-se comprovar empiricamente sua função original para a cultura que o importou (Sisto, Codenotti, Costa & Nascimento, 1979). A resolução nº 025/2001 do CFP também adverte sobre os testes estrangeiros que também devem seguir os critérios de validade, precisão para a cultura brasileira.

Dessa forma, Alchieri, Noronha e Primi (2003), ressaltam que, para um teste psicológico ser utilizado, deve passar por rigorosos procedimentos metodológicos que verifiquem sua eficiência e eficácia. Pasquali (2001) acrescenta que para poder confiar em um teste psicológico, esse deve apresentar algumas características que demonstre sua autenticidade. Para isso os autores destacam alguns cuidados que devem ser tomados desde a elaboração de um teste, como por exemplo, a elaboração dos itens que compõe o instrumento, a validade, precisão e padronização. A psicometria é uma das linhas responsáveis por essa aferição, e tem sua origem na interface de disciplinas como estatística, psicologia experimental, teorias da personalidade e da inteligência, informática e metodologia.

O primeiro passo para a construção de um teste psicológico é a elaboração de seus itens. Essa elaboração tem início na preparação dos itens para que possam medir os comportamentos desejáveis. Devem-se saber quais as variações que o comportamento que se pretende medir possa ter e contemplá-los nos itens, de modo a não perder nenhuma de suas variações e comprometer a avaliação. Alchieri, Noronha e Primi (2003) salientam que nessa etapa da construção é comum que itens não sejam aproveitados e deixam de fazer parte do instrumento. Essa medida acontece porque o item deixa de atender alguma das solicitações como compreensão da leitura e resposta do item, a capacidade de medir determinado comportamento, a capacidade do item abranger as variações comportamentais.

A validade é definida por Anastasi e Urbina (2000) como “aquilo que o teste mede e quão bom ele faz isso” (p.107). A validade de um teste não pode simplesmente ser dita, ou apresentada de forma abstrata, ela deve comprovar os objetivos dos testes. A validade está estabelecida em dois princípios, o primeiro se refere a uma orientação teórica forte, e o segundo à ligação entre a teoria psicológica e a sua averiguação por meio da testagem de hipóteses empíricas e experimentais (Anastasi & Urbina, 2000).

Pasquali (2001) acrescenta que a validade só será estabelecida pela testagem empírica da verificação da hipótese. Para o autor a validação, mesmo sendo crucial para a Psicometria, apresenta dificuldades importantes, que ele denomina de níveis ou momentos da construção do instrumento, são elas, a teoria ou construto, a coleta empírica de informação e a análise de dados, ou a estatísticas dos resultados. Basicamente os instrumentos podem ter três tipos de validade, validade de construto, de conteúdo e de critério. A validade de critério pode ser dividida em validade preditiva e concorrente.

A validade de construto não é simplesmente uma inspeção dos seus itens, mas sim uma comprovação por meio da análise fatorial e a análise da consistência interna, se o instrumento realmente mede ou representa o comportamento que deseja aferir. Por sua vez, a validade de conteúdo consiste no exame sistemático do conteúdo do teste, com o objetivo de assegurar a representatividade da amostra, isto é, que todos os aspectos fundamentais do comportamento sejam, adequadamente contemplados pelos itens. A validade de critério é definida por Pasquali (2001) como o grau “de eficácia que um teste tem em predizer um desempenho específico de um sujeito” (p.123). Na validade de critério encontra-se a validade por grupos contrastantes ou grupos comparados, que é a comparação entre grupos distintos de pessoas, a fim de verificar aqueles que possuem determinadas características, daqueles que não a possuem. Esse tipo de validade é muito utilizado para os testes de personalidade.

Outro ponto que deve ser muito cuidado na elaboração de um teste psicológico é a precisão. Segundo Anastasi e Urbina (2000) e Pasquali (2001), a precisão ou fidedignidade indica a extensão em que as diferenças individuais nos escores de testes são atribuíveis a diferenças individuais verdadeiras nas características sob consideração e a extensão e que elas são atribuídos a erros causais. É uma maneira de ajustar os instrumentos, verificar sua constância no que pretende medir. Para verificar a precisão do instrumento, algumas técnicas são utilizadas como, teste-reteste, formas alternativas, consistência interna, subdividindo-se em precisão das duas metades, precisão de Kuder – Richardson e Coeficiente Alfa.

Para verificar a precisão por meio do teste-reteste, aplica-se o mesmo instrumento na mesma amostra, com intervalo de tempo determinado e correlacionam-se os escores das aplicações. A precisão por meio das formas alternativas ou paralelas consiste em formas análogas do instrumento, obedecendo rigorosamente os critérios de conteúdo, dificuldade,

instrução, limite de tempo e número de itens. Os sujeitos respondem as duas formas do teste e a correlação entre os resultados resulta no coeficiente de precisão (Pasquali, 2001).

A precisão por consistência interna visa verificar a homogeneidade do instrumento, para isso duas técnicas são mais utilizadas: A precisão por duas metades, que divide o teste em duas metades, geralmente em itens pares e ímpares ou simplesmente dividindo o teste ao meio. Os cálculos são corrigidos pela fórmula de Spearman-Brown. A precisão por Kuder-Richardson, é obtida verificando o desempenho item a item. Esse tipo de precisão é utilizada para os testes cuja resposta apresenta duas alternativas, como sim ou não. Para os testes que apresentam respostas múltiplas, como sempre, nunca, raramente, freqüentemente, são utilizados o Coeficiente Alfa. Esse coeficiente computará os escores de todos os indivíduos para cada item e somará essas variâncias para todos os itens (Anastasi & Urbina, 2000; Pasquali, 2001).

A padronização de um teste também é muito importante para que garanta resultados mais precisos e relaciona-se à uniformidade dos procedimentos relativos ao teste, desde sua aplicação, como as condições do local, idade dos respondentes, a influência da escolarização, como também a forma de apresentação do instrumento, as instruções ao indivíduo que vai respondê-lo, o número de folhas. A sua correção e verificação dos resultados e normas de comparação dos mesmos também fazem parte da padronização do instrumento (Anastasi & Urbina, 2000; Pasquali, 2001).

A recente atenção para a avaliação psicológica tem feito com que se busquem cada vez mais as adequações dos testes psicológicos. A necessidade de padronização do teste, assim como sua validade e precisão faz com que se retomem a credibilidade perdida e que se tenha diagnósticos cada vez mais precisos. Com a resolução nº025/2001, nota-se uma maior

adequação dos testes psicológicos pelos profissionais. Nota-se houve uma maior responsabilidade no emprego dos testes psicológicos, na sua correção e interpretação, conseqüentemente as informações dos sujeitos, obtidas por meio dos testes psicológicos, são cada vez mais autênticas. Os testes psicológicos são materiais de grande importância para o psicólogo, uma vez que auxiliam no conhecimento dos sujeitos e possibilita obter informações como características de personalidade, por exemplo, mais rápido e facilmente, pois, muitas vezes certas características poderiam ainda ser desconhecidas ou omitidas pelo sujeito. No item seguinte serão abordados os diversos tipos de testes de personalidade e as técnicas projetivas.

1.2 - Testes de Personalidade e Técnicas projetivas

Os testes psicológicos são processos empíricos que medem processos psicológicos e comportamentos. Por esses motivos devem ser analisados, verificados e estudados constantemente. A investigação do comportamento por meio dos testes psicológicos ocorre com a aplicação de diversas técnicas, dependendo do tipo de avaliação que se deseja fazer. Cada instrumento tem suas características próprias e sua metodologia específica (Alchieri, Noronha & Primi, 2003).

A psicologia é uma ciência de várias abordagens ou de várias possibilidades de visão sobre o ser humano e, por isso, diversos instrumentos são criados a fim de contemplar essa diversidade. Os testes psicológicos são de grande importância para o trabalho do psicólogo, que por meio deles consegue obter rapidamente informações acerca do indivíduo que poderia levar muito tempo, ou que não seriam obtidas. Entre os diversos tipos de testes psicológicos o presente estudo enfatizará os testes de personalidade e as técnicas projetivas.

Os testes de personalidade são muito conhecidos por sua utilização e até mesmo pela quantidade disponível aos profissionais. As técnicas projetivas são as mais conhecidas, mas há também os inventários de autodescrição, medidas de atitudes e interesses e as técnicas de entrevista. (Anastasi, 1977; Anastasi & Urbina, 2000).

Conforme Anastasi e Urbina (2000) os inventários de auto-relato são baseados em várias abordagens, na formulação, na montagem, na seleção e no agrupamento de itens. Atualmente os procedimentos mais importantes são aqueles fundamentados no conteúdo, no gabarito de critérios empíricos, na análise fatorial e na teoria da personalidade. Muitos dos inventários disponíveis combinam um ou mais desses procedimentos.

Os inventários sofrem grande influência das respostas socialmente aceitas, ou seja, muitos itens apresentam respostas que parecem ser mais adequadas socialmente. Muitos respondentes em situação como seleção de emprego, por exemplo, responde o que seria mais adequado, podendo assim, enviesar o resultado ao invés de responder conforme suas crenças. Da mesma forma, é possível encontrar respostas desajustadas como, por exemplo, aquele indivíduo que deseja fazer terapia e responde somente os itens que indicariam um desajuste, alcançado assim seu objetivo (Anastasi & Urbina, 2000).

Pode ser citado como exemplos de inventários de auto-relato o Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota (MMPI), na forma para adultos e adolescentes, o Questionário de Personalidade de 16 fatores, (16PF), destinados a indivíduos acima de 16 anos. Para as crianças pode ser citado o *Personality Inventory for Children* (PIC), inventário construído com a mesma metodologia do MMPI. Este instrumento foi planejado para a faixa etária de 3 a 16 anos e suas respostas são fornecidas por um adulto que conhece a criança, geralmente a mãe.

Os inventários de interesses e atitudes destinam-se a averiguar as preferências dos indivíduos em diferentes campos de trabalho. Esse tipo de inventário é muito utilizado para a orientação de carreira, buscando saber dos estudantes quais as disciplinas que costuma estudar, quais as atividades que prefere executar, a fim de conseguir ajudá-lo na escolha profissional. De igual forma o instrumento é utilizado para as orientações de carreiras, e pode também ser utilizado em treinamentos em empresas. Os inventários de atitude têm o objetivo de saber qual o direcionamento e a intensidade do comportamento do indivíduo conforme a situação vivenciada por ele.

Os levantamentos de opinião são freqüentemente confundidos com os levantamentos de interesses. Os inventários de opinião são compostos por perguntas geralmente independentes, que são também mensuradas separadamente uma das outras e que tem a finalidade de saber o que o indivíduo pensa sobre um ou mais assuntos como, por exemplo, deseja saber qual a opinião do aluno sobre a escola, podendo ser perguntado da estrutura física, sobre os professores, a mensalidade, como também da cantina (Anastasi & Urbina, 2000).

Anastasi e Urbina (2000) destacam ainda como outras técnicas de avaliação da personalidade os estilos cognitivos, que se referem à forma como as pessoas pensam, lembram e resolvem problemas; os tipos de personalidade, assim como estilos cognitivos, também se referem à forma de pensar, agir dos indivíduos. Os testes situacionais também são considerados como teste de personalidade. Os indivíduos, nessa técnica, são colocados em situações muito próximas à realidade. Outra forma de avaliação da personalidade são as técnicas de autoconceito; nela o indivíduo faz sua auto-avaliação, concentrando-se na maneira como vê a si mesmo e aos outros. A observação naturalista também é utilizada para avaliar a

personalidade do indivíduo, sendo mais utilizada para as crianças em observação em sala de aula. Essa técnica difere dos testes situacionais uma vez que não há controle sobre os estímulos. A observação naturalista não tem tempo limitado, podendo durar algumas horas, como até meses.

As técnicas projetivas são as mais utilizadas como testes de personalidade e têm como objetivo mensurar as características emocionais, motivacionais, interpessoais e de comportamento, sendo mais empregada em ambientes clínicos e de aconselhamento. (Anastasi, 1977; Anastasi & Urbina, 2000). Acredita-se que um escritor ao redigir um poema ou um livro projeta em sua obra parte de sua personalidade, suas características pessoais. Assim também se imagina para o escultor, o pintor, o compositor, o arquiteto. Com esse pensamento, muitos pesquisadores acreditam que podem fazer uma análise da personalidade do autor por meio de sua obra. Hammer (1991) afirma que toda forma de expressão, de alguma maneira representa a marca da sua personalidade. A forma de andar, ou até mesmo de amarrar os sapatos, tudo reflete alguma faceta da personalidade do indivíduo.

A maneira como o artista passa ao papel sua inspiração, demonstra como ele é e o que sente no momento da sua criação e seus sentimentos em relação a ela. Hammer (1991), ao citar Hubbard, diz que um artista ao pintar um retrato, pinta duas pessoas, uma o modelo e outra ele próprio. Assim, acontece com qualquer um que se dispõe a fazer um desenho; irá desenhar aquilo que sabe, não dissociado daquilo que sente e que é; em outras palavras, irá projetar na sua produção artística parte da sua personalidade. Dessa forma, prossegue Hammer, os psicólogos possuem à disposição um material bruto a partir do qual podem forjar um instrumento clínico. Portanto, um desenho, uma história pode se tornar um instrumento de avaliação psicológica, como por exemplo, alguns testes psicológicos já a disposição dos

psicólogos que recebem o nome de técnicas projetivas e se baseiam fundamentalmente na projeção.

O termo projeção foi utilizado pela primeira vez por Freud em 1894 no seu artigo 'Neuroses de Angústia', em que a partir de observações de alguns casos patológicos notou que quando a psique não se sente em condições de realizar a tarefa de controlar a excitação sexual que surge internamente, ela desenvolve uma neurose de angústia, comportando-se como se estivesse projetando no mundo exterior (Cunha, 2000). Em 1896, ao analisar um caso de paranóia, no artigo 'Observações adicionais sobre as neuroses de defesa', Freud faz uma atualização do termo projeção. Nesse artigo ele a define como um processo que consiste em atribuir os próprios impulsos e afetos a outras pessoas ou ao mundo externo, como mecanismo de defesa, que possibilita ignorar os próprios feitos indesejáveis. Posteriormente, ainda analisando o mesmo caso de paranóia, Freud considera a projeção como um mecanismo de defesa de indivíduos paranóicos, justificando que para eles é mais fácil enfrentar um problema externo que interno. Esses indivíduos utilizam um mecanismo formado por três etapas, processando a projeção apenas na última, por exemplo, primeiro o sentimento de amor é reprimido (eu o amo) porque essa informação não é aceitável por se tratar de um desejo homossexual; depois converte-se o amor em ódio (eu o odeio), porém a consciência não suporta o sentimento hostil; e finalmente atribui-se o ódio ao objeto original (ele me odeia) justificando o ódio que sente pelo outro (Anzieu, 1989; Cunha, 2000).

Diversas definições de projeção foram destacadas por Bell (1951) e entre elas o autor enfatiza os elementos comuns como a projeção é um processo do inconsciente, que serve como defesa para os mecanismos do inconsciente, e que resulta em atribuir a outros, impulsos, sentimentos inconsistentes, e auxilia na redução de tensão do indivíduo. Acrescenta ainda as

definições encontradas ao termo como lançar adiante ou externalizar. Acredita que o indivíduo manifesta suas características de personalidade, externalizando suas condutas típicas. Assim, a projeção é facilitada pelas técnicas projetivas.

As técnicas projetivas como o próprio nome diz, faz uso diretamente da projeção. A expressão técnica projetiva é definida por Cabral e Nick (1998) como:

Método de avaliação das características da personalidade e previsão do comportamento humano(...). Embora se trate de verdadeiros testes, preferiu-se homologar a designação de técnica pelo fato de seu método ser informal, indireto, com garantia de plena liberdade de resposta, e com interpretações mais subjetivas. E chama-se técnica projetiva porque a pessoa inadvertidamente projeta os pensamento, atitudes, preocupações, ansiedades ocultas; na maneira como percebe alguma cena ou situação ambígua. (Cabral & Nick, 1998, pp. 239).

As técnicas projetivas segundo Formiga, Andrade, Meira, Vasconcelos e Mello (2000) são uma valorização do simbólico e não se detêm apenas na mensuração dos traços ou na qualidade deles, mas procura compreender o sujeito, o que ele faz e não faz, a forma como faz, quando e porque faz. De acordo com Cabral e Nick (1998), o princípio subentendido nas técnicas projetivas é que tudo quanto o indivíduo apresentar, seja produto de imaginação ou de organização, revela características importantes e estáveis da sua personalidade. Para Thomas (1974) nos “testes projetivos, a projeção é compreendida no seu sentido amplo e localização no mundo exterior de características pertencentes ao próprio sujeito”(p.26).

Em 1895, Freud fez uso, pela primeira vez, da técnica projetiva por meio da associação livre e por meio da interpretação dos sonhos em 1899. Para Freud tudo teria um significado, ou seja, o que poderia parecer tão pouco evidente, apresentado no contexto vivido, estaria coberto de significados. Jung faz um contraponto ao pensamento freudiano

interpretativo, deixando de lado o simbolismo individual para fazer uso do simbolismo coletivo. Dessa forma, os temas místicos são considerados uma tentativa de interpretar os significados projetivos ocorridos nos indivíduos. Para Von Franz, a força do inconsciente não se manifesta apenas no material clínico, mas no mitológico, no religioso, no artístico e em diversas atividades culturais expressas pelo homem (Formiga, Andrade, Meira, Vasconcelos & Mello, 2000).

De acordo com Cabral e Nick (1998), a criação das técnicas projetivas recebeu grande aceitação na psicologia clínica, especialmente na terapia infantil, visto que as limitações verbais são mais presentes nas crianças de pouca idade. Quando se observa o desenho de crianças, nota-se coisas que elas nunca conseguiriam transmitir em palavras, mesmo que estivessem conscientes do sentimento que as motivaram (Hammer, 1991).

Segundo Anastasi e Urbina (2000), as técnicas projetivas originaram-se de um ambiente clínico e permaneceram basicamente como um instrumento clínico. Um aspecto importante que distingue as técnicas projetivas refere-se aos estímulos, geralmente não estruturados, o que permitem ao indivíduo uma variedade de respostas. Como se tratam de estímulos disfarçados, os indivíduos raramente notam o tipo de avaliação a que está se submetendo. As técnicas projetivas centram-se em uma complexidade e amplitude da personalidade do indivíduo e não apenas em uma faceta, ou traço isolado.

Thomas (1974) afirma que atividade projetiva é favorecida pelas técnicas projetivas, mas não é exclusividade delas, uma vez que o mundo que vemos ou descobrimos é fruto daquilo que criamos e sofre influência direta da nossa personalidade. O autor destaca a observação feita por Rey (1962) que toda as nossas reações são frutos de projeções, porque desde que temos uma sensação, ela é causada pela projeção das experiências adquiridas e das

necessidades do nosso organismo. Para Rey, as técnicas projetivas são uma forma de revelar uma atividade normal e constante.

Chabert (2004) destaca que o ponto em comum entre todas as técnicas projetivas está na qualidade particular do material que é ao mesmo tempo concreto e ambíguo, na solicitação de associações verbais com base no material e na criação de um campo relacional original entre o sujeito e o psicólogo. Para Chabert o objetivo dos testes projetivos é abrir uma possibilidade para estudar o funcionamento psíquico individual em uma perspectiva dinâmica, podendo ser observadas tanto as condutas psíquicas como as articulações e mudanças que nele podem ocorrer.

Algumas técnicas projetivas são muito conhecidas e utilizadas, como por exemplo, o Método Rorschach ou a Técnica de Manchas de Tinta. Esse teste tem como fundamento perceber estruturalmente os estímulos ambíguos, de forma a refletir os seus comportamentos na vida real. O teste é composto por dez pranchas com borrões de tinta, sendo 7 acromáticas e 3 cromáticas, que servirão de estímulo onde o sujeito deverá indicar as imagens que foram possíveis observar. Segundo Cunha (2000) a administração do teste é dividida em fases como, associação livre, inquérito, período de analogias e teste de limites, ou seja, primeiro é o período em que o sujeito indicará as imagens que vê nas pranchas. Durante esse procedimento o examinador deverá notar o tempo de reação e o tempo total em cada prancha, assim como as reações verbais e não verbais do sujeito.

Terminado a primeira parte da aplicação do Rorschach, passe-se ao inquérito onde o examinador deverá identificar a área da mancha e características do estímulo que levaram o examinando a identificá-lo. As outras fases são facultativas sendo elas a analogia, que tem a finalidade de investigar se um determinante é aplicável a outras respostas e, por fim, a fase

denominada de testes dos limites que objetiva reestruturar a situação, reorientando o sujeito para testes atitudes, dificuldades por meio de procedimentos variáveis. Após os procedimentos passa-se para a classificação das respostas fornecidas e posterior análise e interpretação das mesmas a fim de chegar em uma descrição geral da personalidade. Esses últimos procedimentos também seguem uma padronização (Cunha, 2000).

O Teste de Apercepção Temática (TAT) é outro instrumento muito conhecido e foi desenvolvido por Henry Murray. Trata-se de um procedimento básico de apresentar ao indivíduo lâminas, ou pranchas (20 lâmina no total) para que ele conte uma história para cada uma delas. O TAT é composto por 31 lâminas, sendo 30 com gravuras e 1 em branco. Dentre todas as pranchas, 11 são de aplicação universal, ou seja, aplicáveis a todos os sujeitos e as demais são divididas entre homens adultos, mulheres adultas, jovens do sexo masculino e jovens do sexo feminino, sendo essas pranchas identificadas por letras no verso da gravura e indicada no manual. Segundo Freitas (2000) cada lâmina tem um significado e explora características específicas por isso podem-se selecionar as pranchas pelo seu significado ou excluir aquelas que fornecem dados similares. Ao administrar o psicólogo deve escolher 10 lâminas entre as universais, incluir a em branco e as apropriadas para a idade e sexo do sujeito.

Para Freitas (2000) as instruções do TAT são simples e deve-se informar ao sujeito que se trata de um teste de contar história, solicitando que conte uma para cada gravura apresentada e dizer o que está acontecendo, o que aconteceu antes e o que os personagens sentem, pensam e como terminará a história. Ao contar uma história o sujeito se identifica com algum personagem e denuncia por meio da projeção as relações familiares, os vínculos, a relação com figuras de autoridade, seus temores e sua estrutura de id, ego e superego. Ao analisar o TAT, o psicólogo destaca as formas como o indivíduo construiu suas narrativas, o

que possibilita o acesso aos mecanismos de defesa, informações da normalidade ou patologia da personalidade e também ter acesso aos seus conflitos. A partir da análise da história e do comportamento do sujeito durante a testagem é possível obter dados significativos. Segundo Freitas (2000) pela análise de conteúdo de cada história, é possível desmembrar os conteúdos expressos no tema central, chegando a identificação do herói, ao reconhecimento de seus motivos, tendências e necessidades, à exploração de seus estados interiores, ao exame das pressões ambientais e desfechos.

Existem algumas adaptações do TAT como o caso do *Children's Apperception Test* (CAT) para crianças, pode ter estímulos humanos (CAT-H) ou estímulos animais (CAT-A). O psicólogo ao interpretá-lo deverá saber além da teoria de personalidade de Murray como também as teorias de desenvolvimento, pois o profissional depara-se com uma questão evolutiva. A criança, além dos conteúdos projetivos, manifesta aquisição das funções mentais. O *Senior Apperception Test* (SAT) trata-se também de uma forma modificada do TAT adaptada para os idosos.

Outra modalidade de técnica projetiva são as técnicas gráficas. O grafismo, e em especial o desenho, conforme salienta Van Kolck (1984), ocupa lugar de destaque como instrumento indispensável. Os testes gráficos são muito empregados como testes de desenvolvimento intelectual, de aptidão, assim como para diagnósticos especiais. Quando se trata da investigação da personalidade, os desenhos são uma das técnicas mais utilizadas, isso porque antes de escrever, aprendemos a desenhar e o que torna o desenho uma forma fácil de avaliação.

Segundo Retondo (2000) o desenho projetivo é visto como representações, e não reproduções da realidade e uma rica fonte de informações da personalidade. Por meio da

técnica gráfica, o papel onde o desenho será executado passa a ser um meio onde o sujeito fornece informações do seu mundo interior, seus traços e atitudes, suas características comportamentais, as fraquezas e forças da personalidade como também os recursos internos para lidar com seus conflitos psicodinâmicos. A linha ou o tipo de traçado executado pode ter diversas características como fina, grossa, tímida, firme, e ainda demonstrar um ataque ao papel. O conteúdo do desenho é influenciado pela percepção consciente e inconsciente do indivíduo em relação a si e as pessoas significativas em seu ambiente. Com base em tais informações o trabalho de interpretação dos desenhos segue uma seqüência de avaliação em que vários traços são identificados e seguem segundo critérios próprios, como as interpretações cognitivas ou projetivas do Desenho da Figura Humana (DFH).

O Desenho da Casa, Árvore e Pessoa (HTP) é uma técnica gráfica em que o indivíduo deverá desenhar uma casa, uma árvore e uma pessoa. Na interpretação atribui-se à casa uma representação da família, do lar e da figura materna. A árvore e a pessoa representam a auto-imagem e o autoconceito. Aspectos projetados na árvore relacionam-se aos conteúdos mais profundos da personalidade, enquanto, na pessoa, relacionam-se à visão que o indivíduo tem de si mesmo que estão mais próximas da consciência e de sua relação com o ambiente. Assim como há a hipótese da casa refletir a relação com a figura materna, a árvore também pode refletir as relações com a figura paterna. Além das interpretações simbólicas dos desenhos, sugere-se que também se considerem questões individuais de cada desenho, como tamanho, posição na folha, tipo de movimento, sombreado, borraduras, retoques, dentre outros detalhes (Hammer, 1991).

Outra técnica projetiva que utiliza o desenho é o Desenho da Figura Humana (DFH) criado por Florence Goodenough em 1926 e posteriormente difundida por Karen Machover.

Segundo a técnica de Machover, o indivíduo deverá desenhar duas figuras humanas, de sexo diferente. Ao desenhar uma pessoa, o indivíduo projeta sua imagem corporal, ou a imagem que faz de si mesmo. Essa imagem possui bases fisiológicas, libidinais e sociológicas (Cunha, 2000; Hammer, 1991).

Anastasi e Urbina (2000) destacam que as técnicas diferem entre si e cada uma tem sua peculiaridade que deve ser sempre levada em consideração. Apesar das técnicas, em sua maioria, não terem uma boa avaliação no que se refere às características psicométricas, a utilização e popularidade continuam a mesma.

Nesse sentido, as autoras ao fazerem uma avaliação das técnicas projetivas destacam que as técnicas na sua forma de aplicação, permitem que os indivíduos que a elas se submetem, esqueçam que estão realizando um teste psicológico, isso porque seus estímulos geralmente divertem ou distraem o indivíduo, como o fato de contar histórias ou fazer desenhos. Essa tranquilidade permite uma maior projeção do indivíduo, sem que ele perceba que a faz. Outro ponto relacionado aos estímulos, referem-se à aplicabilidade desses instrumentos em crianças, pessoas analfabetas, com dificuldade no idioma ou problemas de linguagem.

Devido à natureza dos estímulos, as técnicas projetivas não são tão vulneráveis a simulação quanto os inventários de auto-relato, isso porque geralmente o foco da técnica está implícito na atividade que executa. Mesmo para quem tem conhecimento das técnicas, ou está familiarizado com ela, não é fácil a tentativa de burlá-la, pois não sabe com exatidão como as respostas serão interpretadas. Porém, estudos mostraram que é possível forjar os resultados, demonstrando que eles não estão completamente isentos a manipulação, ou seja, se o indivíduo for instruído somente a dar respostas boas, ou ruins, geram resultados favoráveis ou

desfavoráveis, ou respostas que causem boa ou má impressão, sendo a última mais fácil de ser obtida (Anastasi & Urbina, 2000).

A avaliação das autoras Anastasi e Urbina (2000) também questiona a postura e a avaliação do examinador. A subjetividade das técnicas projetivas faz com que elas fiquem vulneráveis até mesmo no seu enunciado. A ausência de padronização nas instruções, ou mesmo um examinador que dê sempre as mesmas instruções, pode gerar resultados diferentes. Ao que se refere à pontuação e interpretação, também pode ocorrer viés, pois depende de cada examinador, da sua habilidade e experiência.

A ausência da padronização dos critérios de correção pode gerar interpretações equivocadas, que pode muitas vezes prejudicar o examinando. As interpretações realizadas por terapeutas nos consultórios, geralmente são resultados das experiências clínicas, o que está sujeito à memória, que está ligado diretamente à abordagem teórica e ao tipo de clientela atendida, ou seja, se um terapeuta está acostumado a atender pessoas com transtornos psiquiátricos, ele pode não estar familiarizado com pessoas normais ou com outro tipo de transtorno. A interpretação das técnicas projetivas muitas vezes está ligada a pequenos grupos, isto é, a grupos com características distintas, como exemplo, grupos de esquizofrênicos. O grupo de esquizofrênico pode ser prejudicado, a menos que tenha sido comparados com outros grupos e equiparados em outros aspectos (Anastasi & Urbina, 2000).

A avaliação das autoras ainda continua, abordando as questões sobre fidedignidade e validade. Para Anastasi e Urbina (2000), a fidedignidade das técnicas projetivas requer um pouco de atenção e deveria incluir a autenticidade do avaliador, como também incluir pontuações mais objetivas e estágios de interpretações parciais e finais. A veracidade da interpretação de avaliador refere-se a interpretações semelhantes atribuídas a um único

protocolo, ou seja, a interpretação final deve ser a mesma, uma vez que se trata do mesmo indivíduo e não diferentes entre si, porque se trata de diferentes avaliadores.

Quanto à validade, Anastasi e Urbina (2000) afirmam que grande parte das pesquisas sobre validade das técnicas projetivas são inconclusivas, em decorrência das deficiências de procedimentos nos controles experimentais e/ou nas análises estatísticas. Pode acontecer também alguma deficiência metodológica que resultaram em falsas evidências de validade, como o conhecimento do desempenho no testes por parte dos juizes, ou o conhecimento de fatos da vida do sujeito durante a aplicação do instrumento, prejudicando as análises. Para evitar esse tipo de erro, as interpretações devem ser feitas às cegas, sem que qualquer avaliador tenha tido contato com o sujeito examinado. Outro erro relativo à validade é a validade ilusória. Anastasi e Urbina (2000) relatam o estudo realizado por Chapman e Chapman (1967) em que ao apresentaram o Desenho da Figura Humana a universitários de psicologia, eles atribuíram significados a partes do desenho que não haviam aprendido, por exemplo, associaram olhos atípicos com a desconfiança. As interpretações além de não se relacionarem com o que os participantes haviam estudado, também têm grande resistência à mudança.

Thomas (1974) também faz algumas considerações advertindo que o mecanismo projetivo pode ser mobilizado por diversas vias, como visual, verbal e por tipos de materiais diferentes, como o Rorschach, não-figurativo e o TAT, figurativo. A diversidade de material dificulta a elaboração de uma teoria unificada, isso porque cada teste possui suas particularidades o que os tornam singulares.

Entre as diversas técnicas projetivas, muitas ainda não possuem a autorização para utilização conforme determina o Conselho Federal de Psicologia; vale ressaltar que a

resolução nº 025/2001 apresenta regras diferentes para cada tipo de instrumento, ou seja, os instrumentos projetivos devem seguir procedimentos específicos, assim como os psicométricos, cada um adaptando as suas características. Essa dificuldade de autorização pelo CFP e também as críticas sofridas são principalmente devido ao fato de que se tratam de estímulos ambíguos, para os quais cada indivíduo compreende e responde conforme aquilo que vê ou interpreta, dando possibilidade a inúmeras respostas. O teste Desenho da Figura Humana também recebe diversas críticas, como será possível abordado no próximo item, porém é bastante utilizado e será estudado neste trabalho.

1.3 - Desenho da figura humana

O desenho é considerado uma das mais antigas formas de comunicação do ser humano, é anterior à linguagem escrita, haja visto as pinturas deixadas pelos homens das cavernas, que permitiram que chegassem até nós seus interesses e expressões de sua vida. O desenho revela muito do inconsciente daquele que o desenha, sendo considerado uma fonte frutífera de informações e compreensão da personalidade; além de uma maneira econômica e profunda de pesquisa. A linguagem do inconsciente é fundamentalmente imaginativa e simbólica, e emerge com bastante facilidade por meio dos desenhos (Retondo, 2000).

Muitas técnicas fazem uso do desenho para a compreensão do ser humano e, sobretudo, da personalidade. Entre elas encontra-se a técnica da *House-Tree-Person* (H-T-P – Casa-Árvore-Pessoa), o Kinect Family Drawing (KFD – Desenho Cinético da Família) e o Desenho da Figura Humana (DFH) (Anastasi & Urbina, 2000). Segundo Hutz e Bandeira (1995) o DFH é o terceiro teste mais utilizado no Brasil.

Hammer (1991) cita uma observação feita por Dorken em que esse afirma que a avaliação psicológica da arte gráfica foi possivelmente a primeira técnica projetiva estabelecida. Um dos primeiros profissionais a utilizá-la foi um psiquiatra francês, Max Simon, no século XIX. Ao observar os desenhos, o clínico ficou horrorizado com os conteúdos obscenos e ordenou aos seus pacientes que parassem de produzi-los.

A primeira escala com critério de análise do Desenho da Figura Humana (DFH), como medida de desenvolvimento intelectual e emocional de crianças, foi desenvolvida por Florence Goodenough em 1926 (Cunha, 2000). Pouco mais de duas décadas depois, em 1949, Karen Machover, fundamentada nas bases psicanalítica da dinâmica de conduta da personalidade e dos mecanismos de projeção, publicou os resultados de observações sobre a representação gráfica de figuras humanas desenhadas por crianças e adultos que apresentavam problemas psicológicos diversos. Tal estudo forneceu um caráter projetivo ao DFH e contribuiu para sua popularização (Bell, 1951; Cunha, 2000).

Segundo Bell (1951) e Gottsfritz (2000), Machover fundamenta-se na investigação que fez de desenhos produzidos por crianças e adultos, de ambos os sexos, contrastando-os com as histórias clínicas e alguns deles com protocolos de Rorschach. Ao aplicar a técnica oferece-se ao indivíduo uma folha sulfite, lápis preto número 02 e borracha. Pede-se que desenhe uma pessoa e ao concluir, solicita-se que faça outro desenho, porém, de sexo oposto ao primeiro. Enquanto são realizados os desenhos, anotam-se as perguntas do sujeito, a seqüência e o tempo de execução e outros detalhes que considerar importante. Caso falte alguma parte do desenho, recomenda-se solicitar ao sujeito que complete e depois o examinador deve tentar obter indícios dos motivos da omissão. Sugere-se também a realização de um inquérito acerca

dos desenhos, inquérito esse não muito rígido, mas que levem em consideração os aspectos a serem investigados.

A técnica de interpretação desenvolvida por Machover parte do pressuposto que o próprio corpo é referência para o desenho e, ao desenhar, o indivíduo projeta a representação do seu próprio ego. Segundo Gottsfritz (2000), Machover acreditava na constância das projeções gráficas em nível formal, afirmando que as variações no decorrer do tempo são poucas e relativas ao conteúdo, como detalhes do corpo, roupas e acessórios, enquanto os aspectos estruturais relacionados ao tamanho, tipo de traçado ou linha, posição na folha são pouco variáveis. Baseada em suas observações, Machover criou uma lista de significados, fundamentada na interpretação psicanalista e folclórica e que não tinha o objetivo de se tornar uma lista a ser utilizada mecanicamente para a interpretação de desenhos.

Com a publicação de um estudo realizado por Koppitz em 1968, conforme o Bell (1951) e Cunha (2000), o DFH pela primeira vez teve um sistema de avaliação com o objetivo de diagnosticar problemas de aprendizagem e distúrbios emocionais. A técnica desenvolvida por Elizabeth Koppitz apresenta alterações desde a forma de administrar o instrumento até sua interpretação. Segundo essa técnica, é entregue ao sujeito uma folha em branco, lápis número 02 com borracha e pede-se a ele que desenhe uma pessoa inteira, ressaltando apenas a proibição de desenhar caricatura. Koppitz (1976) afirma que crianças maiores costumam desenhar caricaturas de forma a não se comprometerem com o teste. A autora prossegue afirmando que as caricaturas não têm valor projetivo.

O sistema de avaliação do DFH é dividido em dois tipos de sinais encontrados no desenho. Um conjunto de sinais é denominado de itens evolutivos, que se relacionam com a

idade e níveis de maturação. O segundo grupo refere-se aos indicadores emocionais, relacionados com as atitudes e preocupações (Gottsfritz, 2000; Ide, 2004; Koppitz, 1976).

Entre as diferentes técnicas de avaliação do desenho podem ser citadas algumas que se destacam, como o ‘Manual Prático de Avaliação do HTP e Família’ de Retondo, ‘Casa-Árvore-Pessoa - Técnica Projetiva de Desenho – Manual e Guia de Interpretação’ de Buck e ‘Aplicações Clínicas dos Desenhos Projetivos’ de Hammer, ‘*Test Projectivo de Karen Machover*’ – Portuondo, focando em uma perspectiva projetiva. Voltados para a interpretação cognitiva destaca-se ‘O Desenho da Figura Humana: Avaliação do Desenvolvimento Cognitivo Infantil’ de Solange Wechsler e ‘DFH - Escala Sisto’ de Fermino Sisto, ambos aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, conforme Resolução nº 025/2001. Esta pesquisa teve como preferência realizar as análises por meio do manual de Portuondo uma vez que se escolheu trabalhar com características de personalidade e por esse manual estar bem próximo a técnica original de Karen Machover.

Para Van Kolck (1984) e Hammer (1991), o teste do desenho da figura humana fundamenta-se na imagem corporal, que é a imagem que cada indivíduo carrega consigo da representação de si e o que pensa que seu corpo representa para os outros. A imagem corporal envolve uma percepção do corpo, possuindo bases fisiológicas, libidinais e sociológica (Cunha 2000). Van Kolck (1984), afirma que ao solicitar ao indivíduo que desenhe uma figura humana, esse passa ao papel a imagem corporal que possui e se torna expressão de sua personalidade. Hammer (1991) destaca que mesmo as pessoas que detêm técnicas de desenho, não disfarçam as características individuais projetados em seus desenhos, porém os desenhos desses indivíduos devem ser analisados com mais cautela.

Os desenhos são construções originais e apesar da aparente facilidade e espontaneidade com que por vezes são feitos, resultam de uma elaboração interior complicada e não isenta de conflitos. No âmbito da avaliação psicológica, o desenho é sempre expressão simbólica, tornando-se, objeto de hipótese interpretativo. Desde os traços, rabiscos que são representados, tudo permite interrogar e levantar hipóteses sobre representações mentais lançadas nos desenhos. A maneira e até a intensidade tônico-motora com que são feitos os desenhos ou traços podem traduzir um grande leque de fenômenos que vão desde a emoção primitiva ou violenta, até as questões emocionais que correspondem a determinadas configurações da inteligência (Santos, Colaço, Taborda & Alvarez, 1997).

As técnicas projetivas são amplamente utilizadas pelos psicólogos. Entre elas, os desenhos são mais empregados devido seu baixo custo e rápida aplicação. Assim como muitos instrumentos, estudos são realizados com o Desenho da Figura Humana a fim de verificar sua validade e precisão como será abordado no item seguinte, uma vez que muitos instrumentos são utilizados sem esses requisitos básicos para se obter informações fidedignos sobre o sujeito que se realiza a avaliação.

1.4 - Questões de validade e precisão do DFH como teste projetivo

Hutz e Bandeira (1995) salientam que devido à abrangência, simplicidade e baixo custo, o DFH foi incorporado às técnicas utilizadas pelos psicólogos brasileiros sem que os estudos necessários para seu uso fossem realizados. Segundo o autor, os psicólogos brasileiros utilizam o DFH com normatização desenvolvida com amostras americanas na década de 60, ou anteriores.

A validade e a precisão do DFH são bastante discutidas. Van Kolck (1984) aponta a insuficiência da validade no que diz respeito à validação concomitante ou simultânea e validade preditiva. Justifica essa insuficiência com base na forma como foram realizadas as análises, ou seja, defende que empregaram para verificar a validade do teste, técnicas utilizadas para a validação de instrumentos quantitativos.

Van Kolck (1984) ressalta que a validade de um determinado aspecto do teste está relacionada à precisão do mesmo, e as avaliações globais são mais fidedignas e válidas que as interpretações isoladas dos sinais gráficos. A autora obteve evidências de validade de conteúdo e de construto em estudos realizados com adolescentes de quatro cidades do centro-sul do país.

A fidedignidade ou precisão do DFH também não apresenta dados favoráveis e questionamentos são feitos acerca da constância dos desenhos. Van Kolck (1984) afirma que os desenhos podem ser diferentes sob certos aspectos, mas fornecem dados equivalentes sobre o sujeito. Algumas pesquisas podem ser citadas e demonstram os esforços para determinar a validade, precisão, melhorando assim a confiabilidade do instrumento.

Van Kolck (1963) em sua tese de doutorado objetivou estudar os adolescentes dos centros urbanos por meio do DFH. Conclui que o DFH, segundo a técnica de Machover, mostra-se eficiente para estudos da personalidade de adolescentes brasileiros. Com seu estudo foi possível estabelecer os traços comuns e os individuais (ou não-comuns) nos desenhos feitos pelos participantes da pesquisa, sendo os traços comuns àqueles que expressam mais a realização básica do grupo de idade e os individuais demonstram a peculiaridade de cada pessoa. A autora identificou também a diferença na realização do desenho masculino e feminino, como também a diferenciação sexual das figuras desenhadas, ou seja, a análise do desenho fornece informações sobre a identificação com um papel sexual e aos problemas a ele

relacionados. Ainda foi possível concluir que é conveniente separar a adolescência em inicial, média e final, devido aos aspectos típicos que apresentaram. Apesar de não determinar estatisticamente a validade do DFH verificou que, por um lado, encontram-se as características de traçado conforme a esperada para a fase do desenvolvimento em questão e, por outro lado, encontram-se na produção gráfica os traços indicativos da problemática do adolescente, concluindo que a interpretação funciona bem e que o instrumento atinge aquilo que pretende.

Ainda foi possível concluir, no referido estudo, que apesar dos bons resultados encontrados é necessário o estabelecimento de normas de interpretação próprias ao adolescente brasileiro, pois algumas interpretações exigem melhor elaboração, outras comprovações. Destaca-se também que, com base nos resultados encontrados, a autora afirma que os estudos da Psicologia da Adolescência se beneficiarão do uso do DFH como técnica exploratória da personalidade da problemática pessoal. Por fim, a autora ressalta que é necessário cautela na interpretação do DFH devido a algumas divergências entre os estudos de Machover e autores especializados. Porém, ressalta que cautela deve haver também com o emprego dos demais testes.

Um estudo com crianças portuguesas foi realizado por Santos, Colaço, Taborda e Alvarez (1997), com o objetivo de avaliar as potencialidades métricas e limitações do Desenho da Figura Humana, pelo método de Goodenough. O estudo foi realizado com 121 crianças da cidade de Lisboa. Os autores destacam três fatores importantes como conclusão, quais sejam, a análise da fidedignidade demonstra que o instrumento possui características muito razoáveis no que se refere a sua consistência interna; a explicação obtida pela análise fatorial parece muito baixa (17%), mas com valor próprio muito elevado (8,5), o que pode significar um indicador de medida unifatorial; a evidência de defasagem e inflexão nas notas brutas nas

tabelas de percentil das crianças de 8 e 10 anos, pode significar mudanças dos níveis de desenho que pode ser resultado da acomodação segundo a teoria de Piaget.

Gottsfritz (2000), fez um estudo com o objetivo de pesquisar a confiabilidade do Desenho da Figura Humana por meio das interpretações feitas por avaliadores, ou juizes, de um mesmo protocolo, verificando também, quais critérios utilizados e como são empregados. Inicialmente participaram do estudo 100 juizes, mas apenas 32 efetivamente entregaram os protocolos preenchidos. A maioria dos profissionais possuía mais de 10 anos de formados, atuavam como docentes em Universidades e também a maioria possuía mais de 10 anos de prática em consultório e com títulos de mestre ou doutores.

A autora conclui que a avaliação do DFH pode ser vista sob dois enfoques. Primeiro o clínico, que usa a técnica para compreender o indivíduo estudado, concluindo sobretudo por dados relativos ao comportamento observado, histórico pessoal e respostas ao inquérito. O segundo aspecto é o estudo mais sistemático dos traços dos desenhos e seus significados. Aparentemente a união de ambos os aspectos permite um uso mais produtivo e eficiente da técnica. Quanto ao enfoque clínico, os resultados demonstram coerência entre os juizes na frequência das conclusões obtidas. Apesar de muitas interpretações dadas, pelo menos dez tiveram uma frequência alta (acima de 50%). Há indicações que o raciocínio clínico é capaz de estabelecer hipóteses pertinentes ao caso, mesmo numa avaliação às cegas. O fato de se tratar de uma avaliação às cegas, ou seja, sem maiores informações sobre o caso, força os juizes fixarem suas conclusões no conhecimento da técnica apresentada. Há indícios de que a técnica permite avaliações profundas quando associadas à experiência clínica e conhecimento consistente, mas ainda precisa se aperfeiçoar respondendo às lacunas existentes.

Gottsfritz (2000) ressalta que os sujeitos desse estudo foram psicólogas com um perfil diferenciado, apresentando maior tempo de formação, exercendo atividades que envolvem conhecimento e em sua maioria pós-graduados. Seria interessante verificar o grau de conhecimento em técnicas projetivas do psicólogo apenas graduado para se obter uma visão da formação que o profissional vem recebendo.

Pasin, Okino e Saur (2004) realizaram estudos a fim de proporcionar padrões normativos do desenho da figura humana em adultos para nossa realidade sociocultural. Os autores investigaram 415 indivíduos com idade entre 18 e 59 anos, de ambos os gêneros. Não participaram da amostra os indivíduos que no último ano tiveram problemas de ordem psicológica ou psiquiátrica, fizeram uso de drogas ilícitas ou abuso de álcool e que não sinalizaram rebaixamento intelectual. Além do DFH conforme roteiro proposto por Van Kolck (1984) a pesquisa ainda utilizou o Teste de inteligência não verbal (INV – Weil & Nick, 1971) – forma C - para a avaliação do nível cognitivo, e entrevista semidirigida, para levantamento da história pessoal, social e familiar dos colaboradores.

As avaliações foram realizadas por três juízes independentes, ambos com experiência em avaliação psicológica. As avaliações foram comparadas entre si, e quando houve divergência entre todos avaliadores, um quarto avaliador foi consultado. Assim, obteve-se uma classificação final para todos os desenhos, buscando sistematizar os índices característicos da produção gráfica do grupo total de indivíduos e por subgrupos a partir das variáveis, idade, gênero, escolaridade e nível socioeconômico.

Com as análises foi possível notar que os elementos estruturais e formais sugerem maior consistência entre as produções, apresentando características possivelmente marcadoras dos desenhos em adultos. Na análise dos itens relacionados ao conteúdo dos

DFH pode-se observar maior diversidade, mesmo apresentando pontos de incidências elevados. Quanto às características sociodemográficas, os autores afirmam que estas devem ser levadas em consideração a fim de evitar as hipóteses interpretativas indevidas. Os autores ainda afirmam que seria importante comparar os resultados encontrados com outras pesquisas com objetivos similares. Diante dos resultados, os autores destacam que alcançaram seus objetivos e enfatizam que as características sociodemográficas devem ser consideradas na avaliação dos DFH.

Ainda sobre estudos com o DFH, Hutz e Antoniazzi (1995) buscaram estabelecer a frequência de ocorrência, por sexo e por idade dos indicadores emocionais e evolutivos em crianças brasileiras. Participaram da pesquisa 1856 crianças entre 5 e 15 anos de idade, de ambos os sexos, alunos de escolas públicas da região metropolitana de Porto Alegre (RS), que cursavam a série indicada para sua idade ou a série anterior. As crianças que freqüentavam sala especial, que faziam acompanhamento pedagógico ou psicológico e que segundo as informações dos professores apresentavam distúrbios significativo de conduta, não participaram da pesquisa. A aplicação e avaliação dos desenhos foram realizadas segundo os critérios de Koppitz.

Os dados apresentados pelos autores mostram diferenças na frequência dos itens, afetando a relação dos itens esperados e excepcionais em cada faixa etária, ou seja, alguns itens esperados ou excepcionais para Koppitz na amostra americana, não são esperados ou excepcionais na amostra brasileira. Ao contrário do obtido na amostra americana, não parece haver diferenças significativas de sexo na produção de itens evolutivos ou indicadores emocionais na amostra brasileira. Os dados apresentados mostram o cuidado que se deve ter ao utilizar os instrumentos em outras sociedades. O DFH é, em grande

parte, independente da linguagem, mas não é culturalmente livre. Mesmo havendo mais semelhanças do que diferenças entre as amostras brasileiras e americanas, as diferenças são suficientes para produzir avaliações enviesadas. Os resultados mostram que o DFH é um instrumento útil, se utilizado adequadamente para avaliar alguns aspectos do desenvolvimento e também mostra os problemas da utilização de um instrumento sem validade e fidedignidade. O referido estudo contribuiu com dados normativos do DFH que permitam avaliações mais seguras e válidas.

Zalsman e colaboradores (2000) realizaram um estudo com a finalidade de avaliar a validade de indicadores do DFH para diferenciar adolescentes suicidas dos não suicidas. Para isso foram avaliados por meio do DFH, 90 adolescentes internados no departamento de adolescentes de um hospital, desses, 39 foi diagnosticado o comportamento suicida e os demais (51) com outros diagnósticos. O DFH foi avaliado segundo os critérios de Pfeffer e Richman e o grau de comportamento suicida avaliado por meio da Escala de potencial suicida para crianças.

Os autores obtiveram resultados favoráveis, uma vez que os indicadores do DFH correlacionaram significativamente com as medidas quantitativas do comportamento suicida, em especial, a impressão geral do avaliador possibilitou o prognóstico de comportamento suicida e a distinção entre pacientes suicidas e não-suicidas. Um grupo de indicadores gráficos formou uma função, a qual possibilitou identificar 84,6% de adolescentes suicidas e 76,6% de adolescentes não-suicidas corretamente. Os resultados mostraram que o DFH é um exemplo de teste projetivo simples, que fornece informações confiáveis quando se trata de comportamento suicida em adolescentes, podendo ser muito útil para o diagnóstico.

Em outro estudo, baseado nos métodos de Koppitz, Norford e Barakat (1990) buscaram avaliar a agressividade em crianças por meio do DFH. Participaram da pesquisa 32 crianças com idade entre 3 e 5 anos que foram divididas em 2 grupos, agressivos e não agressivos, segundo informações da professora. Os grupos foram comparados conforme os critérios de Koppitz e concomitantemente os protocolos foram avaliados por 10 juizes que deveriam classificar os participantes em agressivos ou não, conforme experiências adquiridas anteriormente. O DFH não se mostrou satisfatório para avaliação da agressividade pelo método desenvolvido por Koppitz, assim como baseado nas experiências clínicas dos profissionais.

Hutz e Bandeira (2003) destacam que há poucos trabalhos em avaliação psicológica no que se refere principalmente a grupos especiais, como crianças institucionalizadas, adolescentes infratores e indivíduos marginalizados. Nesse sentido e pensando nas críticas levantadas acerca das técnicas projetivas, em especial ao Desenho da Figura Humana, o presente trabalho objetiva buscar evidências de validade para o Teste Desenho da Figura Humana em adolescentes infratores. A escolha do instrumento ocorreu devido a grande quantidade de informações que sua análise fornece, a sua fácil aplicação e o momento de avaliação parece lúdico para os adolescentes em privação de liberdade. A escolha por essa população se dá primeiramente por se tratar de adolescentes ou da adolescência, fase do desenvolvimento humano ainda com muitas incógnitas e a escolha por infratores devido aos poucos estudos e pela curiosidade em saber se de fato há alguma característica que os distinguem de adolescentes em conformidade com a lei. A seguir são explorados alguns pontos sobre a adolescência e o ato infracional nesse âmbito.

2 – ADOLESCÊNCIA

2.1 – Aspectos gerais da adolescência

Uma das fases do desenvolvimento do ser humano denominado adolescência é muito conhecida, a começar pela puberdade, que são as transformações psicofisiológicas relacionados com a maturação sexual do indivíduo, porém, não são muitos os conhecimentos a respeito de suas dificuldades e anormalidades. A adolescência é um momento de transição, a saída da infância e entrada na fase adulta, é um momento de muitas decisões.

Segundo Peter Blos (1985) a puberdade indica as manifestações físicas da maturação sexual e a adolescência refere-se aos processos psicológicos de adaptação às condições da puberdade. Para o autor, os adolescentes, de ambos os sexos, são afetados pelas mudanças físicas que ocorrem em seus organismos, como também, com as mudanças de seus interesses, seu comportamento social, e a qualidade de vida afetiva, mudanças essas que parecem sutis, mas que influenciam diretamente a sua formação.

As mudanças físicas que ocorrem durante a puberdade, como a menarca e aparecimento dos seios nas mulheres e as modificações da voz e aparecimento de pelos pubianos e faciais nos homens, são visíveis, o que torna inevitável a comparação que os adolescentes fazem entre eles, o que acaba gerando certa insegurança. Esse fato se dá devido às diferenças corporais individuais porque a maturação não tem o mesmo ritmo para todos e as diferenças entre homens e mulheres; as meninas começam seu amadurecimento primeiro que os meninos.

Como o desenvolvimento não é bem definido porque é próprio de cada indivíduo, a faixa etária para determinar essa fase do desenvolvimento também sofre com essa

irregularidade, por isso a faixa etária que corresponde à adolescência não está bem definida na literatura. O Ministério da Saúde coloca-a entre os 10 e os 24 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (2004) a compreende entre 12 a 18 anos de idade, enquanto o Programa de Saúde do Adolescente estabelece o período que vai dos 10 aos 19 anos.

Grossman (1998) apresenta uma contextualização histórica da adolescência que, ao longo do século XIX, passa a ser reconhecida como um momento crítico da existência humana. A adolescência era temida como uma fase de potenciais riscos para o próprio indivíduo e para a sociedade como um todo, tornando-se presente como tema dos estudos de médicos e educadores. A adolescência era entendida como zona de turbulência e contestação, constituindo-se em uma linha de fraturas e erupções no seio das famílias.

A adolescência tem limites entre os 12 e os 21 anos para as adolescentes, e entre os 14 e os 25 anos para os rapazes e é definida como uma condição ou processo de crescimento, conforme Aberastury e Knobel (1981). Nessa fase, o indivíduo se vê obrigado a entrar no mundo adulto, a assumir um novo papel e isso significa a perda definitiva de sua condição de criança, gerando conflitos e incertezas. As mudanças psicológicas que ocorrem têm correlação com as mudanças corporais e levam o adolescente a uma nova relação com os pais e com o mundo.

O adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas, denominada por Aberastury e Knobel (1981) de síndrome da adolescência normal. Nesse período, configura-se uma entidade semipatológica que perturba o mundo adulto e é perturbada por ele. Faz-se necessário a passagem por esta etapa para que ocorra o estabelecimento da identidade.

Aberastury e Knobel (1981) definem a Síndrome da Adolescência Normal como algumas características normais dentro da anormalidade do desenvolvimento da adolescência

como busca de si e da sua identidade, tendência grupal, necessidade de intelectualizar e fantasiar, crises religiosas, que pode ir do ateísmo até as identificações religiosas mais fervorosas. A deslocalização temporal, a evolução sexual manifesta, que pode ir do autoerotismo até heterossexualidade genital adulta, atitude social reivindicatória com tendências anti-sociais de diversas intensidades, contradições sucessivas em seus comportamentos, separação progressiva dos pais, constantes flutuações de humor e do estado de ânimo, também fazem parte dessa síndrome.

A adolescência é definida por D'andrea (1987) como uma fase de aumento da velocidade do crescimento e amadurecimento físico, aumento dos impulsos básicos e dos conflitos emocionais, obrigando a personalidade a se organizar, a fim de um novo equilíbrio. Na adolescência há uma dissonância entre o id, ego e superego, e é necessário que se permita um tempo para que voltem a funcionar harmonicamente. Determina-se esse período entre o final do período de latência até aproximadamente os vinte anos, ressaltando a dificuldade de determinar ao certo seus limites devidos aos fatores psicológico, sociais, geográficos, culturais e econômicos.

D'andrea (1987) divide a adolescência em três etapas, pré-puberdade, puberdade e pós-puberdade. A pré-puberdade antecede o fenômeno fisiológico da puberdade e é marcado pela aceleração do crescimento, aumento de peso, intensificação das atividades físicas, intelectual e artística, bem como as tentativas de buscar, fora do ambiente familiar, objetos para amar, odiar ou identificar-se. Nesse primeiro período está definitivamente saindo da infância e se aproximando cada vez mais da vida dos adultos. A etapa denominada puberdade é marcada pelo amadurecimento dos órgãos genitais, assumindo a primazia e deixando as demais zonas erógenas com uma função secundária. Para as mulheres essa fase é mais

marcante devido à primeira menstruação ou menarca. O período pós-adolescência é marcado pelo aumento dos conflitos com gerações anteriores. Nessa etapa, o adolescente precisa resolver os problemas vocacionais, emancipar-se da família, estabelecer relações satisfatórias com sexo oposto e integrar sua personalidade, definindo sua identidade.

Segundo a teoria desenvolvida por Erikson (1968), o desenvolvimento humano ocorre por meio de estágios psicossociais, marcados por crises ou conflitos a enfrentar. A adolescência apresenta uma crise entre identidade ou confusões de papel, sendo a primeira marcada pela busca da identidade, ou pela crise da identidade. Caso a crise não seja resolvida, o jovem se deparará com uma confusão de papéis. Nessa fase do desenvolvimento é necessário que ocorra uma integração das diversas auto-imagens construídas como, por exemplo, de jovem, amigo, estudante, líder, seguidor, homem ou mulher, em busca de única imagem. Para o autor, muitos comportamentos típicos da adolescência são característicos da busca da identidade.

Conforme Erikson (1968), em todas as fases há dois caminhos possíveis para a resolução da crise. Especificamente na adolescência, que se exige dos jovens a formação de uma identidade, quando conseguem formá-la, percebem quem são e para que servem, desenvolvem confiança na conduta dos outros e em si próprio, adquirem autonomia e iniciativa. Porém, há aqueles que não conseguem responder às solicitações e definir sua identidade. Segundo Domenico (1988), o conflito de não ter uma identidade definida pode levar o adolescente a escolher uma identidade negativa ao invés de não ter identidade. A identidade negativa é baseada em tudo que foi apresentado ao jovem como indesejável ou perigoso, pois muitas vezes os pais enfatizam mais o que é negativo ao invés de ressaltar as atitudes positivas.

No processo de formação da identidade adulta, o adolescente busca as suas características próprias, mas não deixa de identificar-se também com o grupo a qual pertence. As experiências vivenciadas no grupo e com o grupo promovem a definição da identidade como indivíduo e inserido no grupo. Se para a criança o que importa é a aprovação dos pais, para os adolescentes o importante é a aprovação do grupo, dos “iguais” (Steinberg, 2002).

Para Rappaport (1982), a forma como a adolescência se desenvolve é uma questão cultural, a maneira como é compreendida e desenvolvida é basicamente fruto da visão da cultura sobre os seus indivíduos. A justificativa dessa afirmação possui base em uma análise das culturas ocidentais e orientais.

Em grupos tribais ou historicamente diferenciados da cultura ocidental, não existe o período que separa a infância da fase adulta. Para eles, a infância é reconhecida até o momento em que começam a surgir no infante as maturações biológicas, denominadas de puberdade. A partir desse momento a criança passa ser vista como um adulto, capaz de produzir descendentes e passa a fazer parte do grupo produtivo, capaz de ter ou desenvolver alguma produtividade. Para esses povos não há motivos para postergar o ingresso do jovem nas suas estruturas sociais. Em geral, o amadurecimento acontece entre os 13 e 15 anos para as mulheres, e para os homens já há a maturação dos espermatozoides, ultrapassando as mulheres na espera da menarca, quando esta passa a ser capaz de se reproduzir. As tarefas de caça, pesca, agricultura e pastoreio podem ser efetuadas por um rapaz de 15 anos, assim como por um homem de 40. Da mesma forma, a atividade doméstica como cuidar da casa e dos filhos e a manufatura, pode ser desenvolvida por uma jovem como também por uma senhora mais velha (Rappaport, 1982).

As exigências feitas ao jovem são cada vez maiores, como é o caso da formação profissional, marca dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Os jovens nesses países têm que ter uma boa escolarização básica, fazer um bom curso superior, e ainda uma especialização, residência ou ter pós-graduação. Um jovem que cumpre essas solicitações da sociedade em busca de uma estabilidade, só irá chegar à etapa produtiva entre 25 e 30 anos, o que significa aproximadamente 10 anos depois do seu amadurecimento biológico-reprodutivo (Papalia & Olds, 2000; Rappaport, 1982).

Com toda essa cobrança, nota-se que os modelos tribais não se aplicam mais, como também a necessidade e a dificuldade de que andem juntas. Porém, as dificuldades dessas exigências, ou a dicotomia gerada pela adolescência, ainda são sentidas, ou seja, no Brasil, um jovem pode votar para eleger seus governantes ao 16 anos, mas não pode dirigir antes dos 18. Nos Estados Unidos, alguns estados permitem que dirijam aos 14 e em outros é proibido beber bebidas alcoólicas antes dos 21, tornando-se um delinqüente aquele que o faz. Da mesma forma isso se repete nas famílias, que não sabem ao certo o que permite e o que proíbe (Papalia & Olds, 2000).

Os adolescentes apresentam uma vulnerabilidade especial para encarregar-se dos conflitos alheios e assumir os aspectos mais doentios do meio em que vivem. A sociedade em que vivemos, projeta suas falhas nos excessos da juventude, responsabilizando-o pela delinqüência, prostituição, drogadição e demais males que a afligem. A severidade e a violência que, às vezes, se pretende punir os jovens, cria um maior distanciamento e uma agravção dos conflitos, gerando personalidades e grupos sociais cada vez mais anormais (Aberastury & Knobel, 1981).

Para Aberastury e Knobel (1981), somente quando o mundo adulto compreender o adolescente adequadamente e facilitar sua tarefa evolutiva, é que eles poderão exercer correta e satisfatoriamente seu desenvolvimento, gozar de sua identidade, mesmo que aparentemente pareça patológica, a fim de elaborar uma identidade mais feliz e sadia. Do contrário, sempre se projetarão nos adolescentes as ansiedades e patologias dos adultos e se produzirá confrontos entre gerações.

2.2 - Adolescência e o ato infracional

A preocupação com os problemas da juventude tem sido observada desde que a história começou a ser registrada. Ao longo do tempo, podem-se observar alterações no comportamento social, no que diz respeito à adolescência e seus problemas (Arpini, 1999).

As questões relacionadas com a infração juvenil já preocupava a sociedade greco-romana, conforme Veyne (1992), citado por Assis (1994). Rapazes ricos tinham o hábito de percorrer as ruas aos bandos, à noite, espancando ou maltratando os burgueses e destruindo lojas. Na primeira falta descoberta, a punição era a repreensão pelo governador; caso reincidissem, eram açoitados e soltos.

No Brasil com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - em 13 de julho de 1990 por meio da Lei 8069, visando compreender e proteger a criança e o adolescente integralmente, nota-se uma preocupação com as crianças e os adolescentes de forma geral, estando eles em conformidade com a lei ou não. O ECA tem como objetivo garantir direitos aos menores de saúde, educação, moradia, esporte, lazer, cultura, dignidade, liberdade, convivência familiar e social e, sobretudo, garantir o direito à vida. No que se refere às

medidas sócio-educativas, o ECA tem a finalidade de organizá-las e fazer com que sejam aplicadas medidas conforme os delitos cometidos.

Assim como o termo adolescência possui inúmeras definições, para o termo delinqüência juvenil, a situação não difere muito. Rodrigues, Rossetto e Rovinski (2001) destacam que Michel Foucault (1997) distingue entre adolescente infrator e delinqüente. O primeiro é aquele que infringe as normas jurídicas estabelecidas, sendo o último uma condição que o sistema impõe, estigmatizando e controlando formal ou informalmente, inclusive, colocando-o em sistemas prisionais. No Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - (2004), artigo 103, o ato infracional consiste na conduta descrita como crime ou contravenção penal. Winnicott (2002) define como adolescentes infratores, ou adolescentes em conflito com a lei, aqueles que de algum modo infringiram as leis a que estão submetidos.

Para Levisnki (1998), os adolescentes são capazes de cometer infrações com um maior potencial de violência, atribuindo esse fato à necessidade de auto-afirmação. Liga-se a delinqüência precoce com a criminalidade crônica, que pode ter origem no processo social, como a utilização de mão-de-obra infanto-juvenil pelos grupos criminosos, decorrente de características individuais do adolescente. Os criminosos que “empregam” os adolescentes surgem como uma garantia física e emocional dos mesmos, em substituição a alguma instituição falha (escola e/ou família), tornando-se no início benevolente e sedutores, oferecendo muitos benefícios e não cobrando por elas, suprimindo as necessidades emocionais típicas dessa etapa do desenvolvimento.

Sá (2001) também levanta a possibilidade que a delinqüência pode ser uma forma de compensação emocional, porém, devido ao afastamento parental, ou mais especificamente da mãe. O autor acredita que a reintegração dos criminosos é difícil porque têm em seu repertório

a resposta que nada mais é recompensador. A delinquência, o crime, traz no momento benefícios que eles não conseguem ter acesso.

Alguns estudiosos têm como fundamento a teoria da aprendizagem social para explicar a influência das práticas educativas familiares no desenvolvimento social da agressividade dos filhos, conforme salienta Veiga (1999). A exposição em casa a um desempenho da autoridade baseada na punição física e em comportamentos de agressividade generalizada pode conduzir, por efeito de modelagem, à aprendizagem dessas condutas como um modo aceitável de resolução de conflitos. Por meio de efeitos recíprocos, pais e filhos podem aprender a utilizar técnicas de controle coercitivo.

O autor prossegue que, contrário a teorias da modelagem, os estudiosos de outras linhas teóricas destacam as dimensões de natureza cognitivo-emocional. Os padrões educativos familiares poderão ligar-se a outras variáveis predispostas à violência, podendo destacar a falta de apoio parental, o autoritarismo ou a indiferença permissiva, a falta de coesão familiar, a falta de amizade dos irmãos, e ainda outras precariedades de tipo econômico-social. Sani (1999), em um estudo sobre a família e delinquência, além das possíveis causas para o desenvolvimento da violência apresentada por Veiga (1999), acrescenta que famílias numerosas, ordem de nascimento, também são associados preditivamente ao comportamento delinqüente.

Nos estudos realizados por Kate Friedlander (1981, citado por Bento, 1992), a delinquência juvenil é definida pela autora como perturbação do controle egóico, sendo o crime resultado de uma perturbação nas três áreas psíquicas: id, ego, e superego. A única exceção é encontrada nos delitos de contexto ético ambiental. O superego se forma pela identificação com as figuras paternas, portanto, se os pais são delinqüentes, o indivíduo poderá

ter um superego bem formado e ser delinqüente como os pais. A mesma autora coloca ainda que a conduta criminosa é resultado de três causas, o desenvolvimento caracteriológico anti-social, enfermidade orgânica e psicose.

O desenvolvimento das características anti-sociais é formado por fatores constitucionais e ambientais que podem ser apresentados em vários graus. O delito pode ser o resultado de alguns fatores, como simplesmente a formação de caráter anti-social, e nesse caso, aqueles que os cometem geralmente são indivíduos que fogem do controle dos pais, como também de uma formação anti-social de menor grau, acompanhada de forte tensão ambiental ou emocional. Geralmente indivíduos com esse tipo de manifestação, cometem os primeiros crimes na puberdade. A formação anti-social leve acompanhada de conflito neurótico e sintomática também pode ser uma das causas dos delitos. Os delitos cometidos geralmente são cleptomania, piromania, crimes ocasionais e delitos sexuais; certo desenvolvimento anti-social do caráter, acompanhado de perturbações neuróticas de viver uma fantasia na vida real.

Blos (1996) apresenta sua fundamentação para a delinqüência também baseada nos conceitos psicanalíticos. Para ele um modelo mais completo de delinqüência está na fase pré-edípica. A delinqüência está alicerçada em dois pontos, o envolvimento do sistema de ação na resolução de problemas e no uso do ambiente como regulador da tensão. Esses dois fatores vão contra a internalização e as mudanças do *self*. Blos também destaca a o processo de internalização e diferenciação do ego, com uma referencia especial à função da memória e da linguagem simbólica.

O autor também descreve uma característica típica dos adolescentes delinqüentes, em que parece que há uma modificação no sistema de ação, que assume, significativamente, uma

função do ego que pertence normalmente a linguagem simbólica. Para esses indivíduos a ação parece ser o principal veículo de comunicação, uma vez que apenas as formas concretas de expressão parecem ser apropriadas para expor seus pensamentos, memórias, afetos ou conflitos. A 'concretude' da ação e da representação das coisas, a transição para o simbólico e a formação de conceitos é muito importante para a formação do seu modo de comunicar-se, mas também sua adaptação com o mundo interno e externo. O adolescente que concretiza age sem pensar e sem resolver internamente suas tensões ou acomodá-las e isso o torna mais propício a entrar em conflito com o ambiente e ser um delinqüente mesmo que ele se confronte com a lei propriamente dita.

No que se refere à questões orgânicas como eventos motivacionais do crime, podem ser destacadas perturbações tóxicas, quando o delito é cometido sob efeitos de álcool ou drogas; perturbações orgânicas como deficiência mental, tumores cerebrais, paralisia progressiva, traumatismo cerebral e encefalite na adolescência; transtornos funcionais do sistema nervoso, como epilepsia e comportamentos disrítmicos agressivos. Os grupos das perturbações emocionais referem-se ao ego que não consegue controlar as exigências instintivas devido à incapacidade para discriminar a realidade da fantasia. Pode ser citada como exemplo nesse caso a psicose.

A delinqüência juvenil ou o ato infracional cometidos por crianças e adolescentes é descrito por Winnicott (2002) como um pedido de socorro a pessoas mais fortes, confiantes e amorosas. O autor afirma ainda que o sentimento de segurança não chegou a tempo de ser incorporado como crenças, e quando o infante recebe a liberdade, transgredir as regras da sociedade a fim de restabelecer o controle proveniente do exterior.

Volpi (1997) considera que o ato infracional não deve ser incorporado como inerente à identidade do menor, mas vista como uma circunstância de vida que pode ser modificada. Rodrigues, Rossetto e Rovinski (2001) relatam uma pesquisa realizada por Otero-Lopes (1997), sobre adolescentes infratores e o uso de substâncias psicoativas, na qual são apresentados três conceitos de delinquência, quais sejam, a induzida, a funcional, e a relacional.

A delinquência induzida tem seu início na ingestão de substância e dependerá dos efeitos do tipo da droga ingerida. No geral, esse tipo de delinquência se relaciona com atos infracionais contra a pessoa, contra a liberdade sexual, contra a segurança do Estado e eventualmente contra a propriedade.

Por sua vez, a delinquência funcional é geralmente cometida por drogaditos que visam obter substâncias psicoativas na qual são dependentes. Geralmente cometem delitos como roubo com violência, intimidação das vítimas e por vezes falsificação de receitas.

E, finalizando, a delinquência relacional refere-se a comportamentos ilícitos produzidos em torno do consumo de drogas. Delitos relacionados à conduta de consumidor como de traficantes, como cultivo, elaboração, tráfico, facilitação de consumo, entre outros, além da compra e venda de objetos de procedência ilegal, são exemplos dessa classificação de delinquência. Tráfico por não-consumidor é considerado um subtipo de delinquência relacional, pois se refere ao tráfico de drogas realizado por não-consumidor. Esse tipo de infração exige tratamento diferenciado.

Steinberg (2002), Rodrigues, Rossetto e Rovinski (2001) concordam que os adolescentes ingressam no tráfico em busca de retorno financeiro, fato este que não será conseguido rapidamente com educação. Steinberg prossegue relatando que em uma pesquisa

realizada na cidade do Rio de Janeiro, local onde, segundo o autor, as crianças têm mais acesso à escola pública, as crianças e jovens ainda preferem o tráfico e apresentam como justificativa a identificação com o grupo, a adrenalina natural da atividade de risco, ajudar financeiramente a família e, por fim, desejo de poder e prestígio.

Segundo a mesma pesquisa, entre 60 países investigados, o Brasil está em segundo lugar com maior índice de homicídio entre jovens. A diminuição da expectativa de vida dos brasileiros está associada à violência e ao crescente número de assassinatos e chacinas de jovens, principalmente na periferia.

A agressividade em crianças e adolescentes parece estar aumentando, conforme destaca Meneghel, Giugliani e Falceto (1998), porém esse comportamento pode ser resultado de uma conduta menos repressiva em relação a esse fenômeno. Levanta-se também a hipótese que os adolescentes estão violentos como resposta à violência estrutural da sociedade.

Os autores realizaram um estudo exploratório sobre a violência doméstica realizado na cidade de Porto Alegre, com alunos de duas escolas, uma pública e outra particular. Foram no total 213 pessoas, sendo 76 famílias, com 36 adolescentes considerados agressivos pelos professores e 40 adolescentes não considerados agressivos. A punição física grave, freqüente ou ocasional, foi um acontecimento presente em mais da metade da amostra, ou seja, 41 relatos ou 53,9% da amostra. Desses relatos, 37% ocorreram na escola particular e praticamente o dobro (67%) em escolas públicas. Porém, episódios graves e freqüentes estiveram presentes igualmente nas duas escolas. A relação entre agressividade na adolescência e punição física grave foi estatisticamente significativa, o que significa que adolescentes agressivos foram mais punidos que os não-agressivos. A prevalência de abuso físico foi maior nos adolescentes do sexo masculino, mais velhos, na presença de violência

entre irmãos, procedentes de famílias de baixa renda e rígidas. O referido estudo mostra que a punição física é um comportamento mais difundido na sociedade do que se poderia imaginar.

Steinberg (2002) ressalta que indicar a lei como mecanismo de limitar o desejo, instalando uma falta na condição de existência do sujeito, é estruturante psiquicamente. Porém, a repressão como instrumento de aniquilamento subjetivo, como parece ter sido o caso do modelo vigente durante muito tempo nas instituições de internação no Brasil, produz medo, violência, fatores estes, que tornam as relações patológicas, criando assim, relações agressivas, hostis, podendo levar ou até mesmo agravar depressões ou psicoses, entre outros comportamentos sociais.

A sociedade aponta para um modelo de juventude que referencia o valor ao indivíduo, de voltar para si próprio. Ser diferente dos demais como forma de ser reconhecido é a possibilidade de valorização social numa sociedade que massifica a todos, em que o sucesso está vinculado à posse de bens e da mesma forma o corpo passa a ser visto como objeto de consumo, ou seja, o corpo deve corresponder a um modelo idealizado. Uma vez que não se corresponde aos modelos de consumo, procura-se outra forma de reconhecimento, que pode ser alcançada pelo uso da força, da violência. A resistência ao processo de exclusão também está ligada a possíveis causas da violência (Arpini, 1999).

Estudo realizado por Menin (2000) sobre a representação de justiça em 20 adolescentes infratores mostrou que a concepção mais comum de justiça são aquelas que relacionaram a justiça com a ocorrência de infração ou a sanções, numa visão predominantemente repressiva, leis como ordens incondicionais. Para o autor, a escolha das melhores leis se relaciona com aquelas que visam à igualdade, liberdade e respeito mútuo.

A violência vivenciada e praticada por crianças e adolescentes brasileiros não se distingue daquela existente nos demais países latino-americanos e nos E.U.A. As medidas mais voltadas para a atuação sobre os casos, bem como aquelas de reabilitação, são ainda pouco praticadas, nesses países (Assis, 1994). Zaluar, conforme destaca Arpini (1999), afirma que a maioria dos crimes mais violentos não é cometido por indivíduos pobres. O autor destaca que é fácil a sociedade atribuir o título de violência àqueles que já são marginalizados.

Meneghel, Giugliani e Falceto (1998) destacam que um tema como a violência ou a delinqüência juvenil é tão complexo e sujeito a vieses, que fica difícil explicitar até que ponto os adolescentes estão exteriorizando uma conduta agressiva como uma reação de defesa à violência estrutural, ou quando há uma intenção deliberada de infringir a lei. O comportamento agressivo dos adolescentes certamente está articulado com as múltiplas formas de violência, explícitas ou não, que eles vivem no âmbito familiar, escolar, e de outras instituições da sociedade, muitas das quais com função de protegê-los.

A pesquisa realizada por Mazzaro em 1985 com adolescentes homicidas teve como objetivo investigar a personalidade de 18 sujeitos por meio do procedimento de Desenhos-Estória (Trinca, 1976). Em sua pesquisa o autor teve a colaboração de 18 rapazes, que psicometricamente não tinham déficits mentais (QI superior a 79 ou percentil superior a 11), escolaridade de até no máximo 1º. Grau completo e renda familiar de três salários mínimos. Os colaboradores foram internos de instituições destinadas à reabilitação de menores infratores. Foram descartados aqueles que cometeram tentativa de homicídio ou mesmo casos em que a vítima não foi a óbito devido a cuidados médicos rápidos e eficientes, os casos que não tiveram a participação ativa no homicídio realizado por mais de uma pessoa e os homicídios acidentais (sem intenção de matar).

O autor quando comunicado da presença de casos de homicidas dirigia-se a Instituição de Reabilitação e procedia à coleta de dados com a entrevista com o psicólogo responsável pelo caso e posteriormente realizava a entrevista e aplicação do desenho-estória com o menor. Das análises dos protocolos foram estabelecidas 6 categorias relevantes, ou seja, que estavam presentes em pelo menos metade dos protocolos, e mais 7 categorias, perfazendo um total de 14, a saber: figura paterna, figura materna, necessidade e desejos, impulsos, características prevalentes nas relações objetais, conflitos preponderantes, natureza do superego, auto-imagem e autoconceito, recursos egóicos, ansiedade, sentimento de culpa, genitalidade, fantasias, figuras fraternas.

Com base nas análises das categorias Mazzaro (1985) levanta algumas hipóteses e prefere assim denominá-las a afirmar como conclusões, justificando que são necessários mais estudos nessa área para que tenha de fato conclusões. Foi possível observar uma carência na satisfação de necessidades primitivas, que se relacionam com a introjeção do objeto bom e amoroso. A ausência desse objeto, ou mesmo as dificuldades de desenvolverem um papel construtivo para o desenvolvimento emocional, cria uma situação de intenso conflito interior. Esse conflito se refere à luta entre os impulsos amorosos e destrutivos, com a presença de ansiedade persecutória e ansiedade depressiva. Os recursos egóicos para enfrentar as situações conflitantes da vida parecem ser limitados. A vivência inconsciente de poderosas ansiedades e sentimentos de culpa decorrem da presença de um superego com características punitivas e cruéis. O temor à retaliação apareceu muitas vezes explicitamente. Foi possível observar também que as ansiedades paranóides deixam de ser uma expectativa e ganham a certeza de retaliação, reforçado pela punição pelos seus delitos.

Mazzaro em 1985 ainda comparou os protocolos dos homicidas cruéis e os não-cruéis e observou que existem diferenças no poder dos impulsos destrutivos e dos impulsos amorosos. No entanto, o que se mostrou comum foi a natureza do estado mental durante a realização do ato homicida, ou seja, é um momento em que a possibilidades de controle dos impulsos destrutivos desaparecem e eles invadem a vida consciente de maneira avassaladora. É o predomínio dos núcleos psicóticos da mente. As possibilidades de reabilitação após o ato homicida dependem das condições usuais da personalidade e do equilíbrio possível entre os impulsos destrutivos e amorosos.

A seguir, são apresentadas, mais detalhadamente, algumas pesquisas consideradas muito relevantes para este estudo. Silva (2002) fez um rastreamento longitudinal do comportamento infrator de 200 jovens com idade entre 13 e 20 anos da cidade de Porto Alegre – RS, que cumpriam medida de liberdade assistida e/ou prestação de serviço (31,3%), semiliberdade (11,9%) e privação de liberdade (56,8%). A autora também investigou variáveis individuais, familiares e sociais, consideradas fatores de risco para a delinqüência. Para a pesquisa foram utilizadas entrevistas semidirigidas para verificar as estratégias de *coping* para eventos de vida. Para avaliação da inteligência foi utilizado o Teste de Inteligência Não-Verbal (INV) – Forma C (Manual de Bateria Cepa, s.d.). A Escala de Auto-Estima de Rosenberg (Rosenberg, 1965) foi utilizada para a avaliação da auto-estima. Para a avaliar a depressão foi utilizado o *Children's Depression Inventory* – CDI- (Kovacs, 1985). As demais informações como escolaridade, atividade laborativa, número de irmãos, contato familiar e uso de drogas, foram feitas consultas aos prontuários dos colaboradores. Para acompanhar a história do comportamento delinqüente dos adolescentes, bem como a inserção desses no sistema de atendimento à criança ou

adolescente em situação de risco e/ou autor de atos infracionais foram utilizados o Protocolo de Acompanhamento do Adolescente e o Registro de Dados Gerais sobre o adolescente (AGERs), sendo este último fornecido pela FEBEM. A cada seis meses, durante dois anos e meio, os adolescentes eram contatados para realizar a avaliação de sua trajetória e de sua situação atual. Ao final de dois anos e meio as escalas foram novamente aplicadas somente para aqueles que permaneciam cumprindo medida sócioeducativa.

A autora observou que 67,7% dos adolescentes cumprem medida sócioeducativa por delitos contra o patrimônio, ou seja, sem que haja confronto e violência. Quanto à escolaridade, notou-se que há baixa escolaridade, não correspondendo à idade com a série a qual está cursando. Em virtude disso as atividades laborativas dos adolescentes são aquelas de baixa remuneração e pouco *status*, como auxiliar na construção civil, pedreiro, chapeiro, carroceiro, papelero, pintor, agricultor, mecânico e *office boy*. Porém, o fato de trabalhar, mesmo com pouca remuneração, correlaciona-se negativamente com depressão e positivamente com auto-estima, demonstrando ser uma atividade importante para o bem estar e saúde dos jovens. Ao lado disso, foram encontrados dados positivos quanto ao contato familiar, uma vez que 42,9% dos jovens mantêm esse contato. Em termos de estratégia de enfrentamento as estratégias ativas que são as mudanças de comportamento no presente e a ação direta representam 24,4%. As ações agressivas só aparecem em 2% das respostas. Quanto à saúde psicológica dos adolescentes, esta se apresentou bem, com apenas 2,1% com baixa auto-estima e 3,5% com depressão. Com esses dados pode-se pensar que esses jovens possuem um fator de proteção para lidarem com as dificuldades da vida, que é a boa percepção que têm de si. Outro fator importante que pode também atuar como preditivos, são os baixos níveis de depressão encontrados. A ausência de depressão

favorece o engajamento em atividades sociais, no trabalho, como também na busca para enfrentar as dificuldades.

Cunha e Vasconcelos (1987) fizeram uma comparação entre adolescentes infratores e não infratores por meio de uma variação do Desenho da Figura Humana de Machover, o Desenho da Pessoa na Chuva. Com a pessoa na chuva o indivíduo passa a fornecer dois retratos, um que representa a resposta do examinador à situação não estressante e outra, à condição estressante. Espera-se que os indivíduos passam a revelar sua inadaptação subjacente, espera-se também que os indivíduos com conduta socialmente desviada, apresentem características diferentes daqueles que não apresentam conduta desviada. Desse modo, o estudo buscou verificar se há diferença entre o DFH tradicional e o DFH na chuva, permitindo afirmar que o DFH na chuva representa uma resposta em situação estressante.

A amostra desse estudo foi composta por 81 sujeitos, distribuídos em 3 grupos, todos do sexo masculino com idade entre 16 e 18 anos, de mesmo nível socioeconômico e semelhante nível escolar. O primeiro grupo foi constituído por 28 adolescentes detidos em instituição de menores por atuação em homicídio (11 casos), tentativa de homicídio (4), assalto à mão armada (8) e latrocínio (5). O segundo grupo foi composto por 25 adolescentes também detidos, sendo o furto a infração constante nos prontuários. Os colaboradores desses grupos foram selecionados por meio do exame do processo do Juizado de Menores e pelo prontuário da instituição. Foram excluídos os casos de psicóticos e retardos mentais definidos. O terceiro grupo foi composto por 28 adolescentes selecionados por meio da ficha escolar e que não constavam na lista de “irregulares” do Juizado de Menores. Foi solicitado que desenhassem um homem e depois uma pessoa na chuva.

Os autores levantaram algumas hipóteses acerca da condição estressante. Hipóteses acerca da ansiedade foram levantadas e observou-se que a incidência de escores de ansiedade no desenho 1 foi menor que no desenho 2, uma vez que os valores de z foram significativamente inferiores ao p (-2,71, -2,43 e -3, 46). Outras hipóteses com relação à depressão nos desenhos foram levantadas. Os resultados mostraram que os valores de z foram significantes para o Grupo 1 e 2 sendo $p < 0,05$. Porém, no grupo 3 o valor de z é -0,97. A conclusão é que não há diferença entre os escores de depressão do desenho 1 e 2 no grupo 3. Analisando o guarda-chuva como proteção contra a situação estressante, observou-se que apenas 28 sujeitos o desenharam adequadamente, ou seja, na posição que protege da chuva. Outras 34 pessoas desenharam sem guarda-chuva e outras 18 utilizaram outro tipo de proteção, 1 sujeito desenhou sem guarda-chuva e também omitiu a chuva. Os testes de adolescentes que desenharam a pessoa na chuva sem proteção apresentam maior incidência de escores de neuroses e psicopatia do que os desenhos com proteção. Com relação aos escores de neuroses, o valor de z foi -1,99 e $p = 0,0233$. Conclui-se que os testes de adolescentes que desenharam sem proteção apresentam maior incidência de escores de neuroses do que os testes de adolescentes que desenharam com proteção. Em relação à psicopatia, o z observado foi de 3,22 e $p < 0,0005$. Pode-se concluir que os testes de adolescentes que desenharam sem proteção apresentam maior incidência de escores de psicopatia, do que os desenhos com proteção.

Ao final do estudo Cunha e Vasconcelos (1987) concluíram que o DFH na chuva pode ser considerado como uma técnica com qualidades projetivas. O aumento de características gráficas relacionadas com a ansiedade no DFH na chuva em comparação com o desenho tradicional sugere que o indivíduo parece reagir a estímulos estressantes. Os

adolescentes detidos têm um escore maior de depressão quando desenham a pessoa na chuva, o que pode estar ligado às dificuldades de lidar com estímulos agressivos, que podem ser direcionados para fora ou para dentro. O guarda-chuva parece ter a representação simbólica da possibilidade de manejar adequadamente as defesas pessoais ou de aceitar os tipos de recursos adaptativos e socialmente aprovados. A ausência do mesmo parece representar algum tipo de desvio em termos do manejo normal e flexível das defesas pessoais ou quanto à aceitação das maneiras convencionais de lidar com situações desfavoráveis.

Assim como Cunha e Vasconcelos (1987), Souza em 1990, em sua tese de doutorado, também faz uma comparação entre grupos de adolescentes. O autor se propôs a verificar por meio dos testes Desenho da Figura Humana (DFH), Psicodiagnóstico Miocinético (PMK) e Teste de Frustração de Rosenzweig (PFT), como o comportamento agressivo se mostra de modo manifesto e latente em diferentes grupos e criar uma escala de agressividade por meio dos indicadores do DFH e correlacioná-los aos demais instrumentos. O estudo analisou um grupo de meninas estudantes universitárias, um grupo de noviças e um terceiro grupo formado por meninas internas na FEBEM. O PMK teve que ser adaptado e foram aplicados somente os cinetogramas, que consistem nos lineogramas horizontais e sagitais, ziguezagues, cadeias sagitais, paralelas egocípetas e egocífugas e us sagitais. Quanto à correção do PFT, todas as respostas foram cotadas inicialmente. Posteriormente foram consideradas apenas as respostas que evidenciavam o tipo de reação à frustração, denominada defesa do ego. Quanto ao DFH verificaram-se quais seriam os sinais identificadores de agressividade apontados por Machover que resultou na lista com vinte e oito sinais. Com relação ao desenho a ser utilizado, optou-se apenas por um desenho do par

e que representasse o mesmo sexo do sujeito. A coleta de dados e as análises contaram com a colaboração de duas psicólogas que serviram como juízes.

O grau de concordância entre os juízes foi calculado por meio do Coeficiente de Concordância de Kendall, e os valores encontrados mostram que entre 63 correlações calculadas, apenas 7 se mostraram significativas, o que é um número de correlações muito baixo. Depois de realizados os cálculos das variáveis do PMK, observou-se que as variáveis auto e heteroagressividade não podem ser consideradas dependentes. Quanto as variáveis do PFT, observou que não existe correlação entre elas. Apenas uma variável mostrou tendência em correlacionar-se com a variável de outro instrumento, trata-se da extrapunitividade e da heteroagressividade. No DFH encontrou-se correlação entre o número de sinais avaliados e seis variáveis dos outros testes.

Na seqüência, o autor comparou os grupos em relação a cada um das variáveis dos três testes. Foram feitas sete comparações, utilizando-se a prova de Kruskal-Wallis. Tal procedimento teve a finalidade de verificar se a diferença entre as três amostras significam efetivamente diferenças de subpopulação, ou apenas variações casuais. Pelos índices encontrados, observa-se que apenas uma variável permitiu rejeitar a hipótese (extrapunitividade). Todas as outras variáveis não tiveram poder de discriminar os grupos. Com essa pesquisa foi possível observar que a agressividade enquanto dado potencial, tal como foi investigada por instrumentos específicos, não difere significativamente entre as pessoas. A agressividade, enquanto dado manifesto atual, provocado pelo ambiente, também não constitui traço diferenciado entre os elementos dos grupos considerados.

Uma vez que não foram encontradas correlações significativas entre a variável do DFH e as outras seis dos outros dois instrumentos, pode-se concluir que os vinte e oitos

sinais de agressividade proposto por Machover, não podem ser interpretados como indicadores de agressividade. Uma vez que a única variável com poder de discriminação entre grupos foi a extrapunitividade, considera-se essa variável em condições de servir como critério na determinação de quais sinais do DFH, isoladamente, identificaria um comportamento agressivo. O reduzido número de correlações significativas não permitiu a validação do construto agressividade, por consequência, tornou-se impossível à construção de uma escala de avaliação da agressividade, a partir dos indicadores encontrados no DFH.

Montague e Prytula (1975) realizaram um estudo com base na técnica de Machover e compararam os DFH de delinquentes e não delinquentes juvenis. Participaram da pesquisa 40 adolescentes, com idade entre 14 e 19 anos, sendo 20 homens e 20 mulheres. O grupo de infratores foi composto por 10 homens e 10 mulheres que foram diagnosticados como psicopatas ou hipermaníacos por meio do MMPI. Em todos os participantes foi administrado o MMPI, forma reduzida e o HTP. Esperava-se que os infratores produzissem desenhos maiores que os desenhos dos não infratores, assim como com cabeças com tamanho maior, sombreamento, desenhos mais centrais ou à esquerda, com figuras com mão no bolso ou atrás das costas, com temas de soldados ou vaqueiros, desenhos com mais transparência, omissões e que apagassem mais.

Os resultados encontrados por Montague e Prytula (1975) não confirmaram as hipóteses levantadas, uma vez que foram encontradas diferenças significantes apenas para transparência, ou seja, os infratores desenharam com mais transparência que os não infratores. Para os autores, os resultados encontrados não permitiram diferenciar a personalidade de infratores e não infratores por meio do DFH.

Foi possível observar nos estudos mencionados com DFH, e sua variação, o DFH na chuva, é possível comparar os grupos de adolescentes. Os objetivos das referidas pesquisas se assemelham com esta, porém, pretende-se utilizar a técnica original de Machover e observar no que os adolescentes brasileiros se assemelham e no que divergem. Observou-se também, em outra pesquisa, a tentativa de se criar uma escala de agressividade por meio dos resultados obtidos nas correlações entre o DFH (Machover) e outros instrumentos. O autor não obteve resultados positivo, não conseguindo distinguir os três grupos de colaboradoras, segundo os critérios de agressividade propostos por Machover. O presente estudo pretende analisar as diferenças entre grupos contrastes, porém, utilizará apenas o teste DFH. Outra diferença entre as pesquisas refere-se à amostra, uma vez que foram utilizados grupos de meninas e agora estudou-se grupos de meninos.

Devido a uma carência de estudos com adolescentes infratores, sobretudo sobre as características de personalidade desse grupo e com base nas pesquisas apresentadas, o presente estudo tem a finalidade de buscar evidências de validade do teste Desenho da Figura Humana, na sua forma projetiva, para utilizá-lo com população de adolescentes em conflito com a lei. Não existem pesquisas que validem o DFH para essa população específica, e como apresentado, trata-se de um instrumento de grande utilização em diversas áreas da psicologia. E por fim, optou-se em estudar a técnica desenvolvida por Machover, pois não há estudos sobre personalidade com a população escolhida.

Para este fim, o instrumento será avaliado por meio do conceito de validade de critério, utilizando para isso o conceito de grupos contrastantes. Pretende-se por meio de comparação entre dois grupos distintos de adolescentes (infratores e não infratores) levantar as diferenças entre eles.

3 - MÉTODO

3.1 - Participantes

Participaram da pesquisa 85 adolescentes, sexo masculino, entre 14 e 18 anos, com grau de escolaridade e nível socioeconômico diverso, que de alguma forma encontravam-se em conflito com a lei e, por este motivo, cumpriam medida sócioeducativa de Semiliberdade (SL) na Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM-SP), na cidade de São Paulo (grupo 1). Participaram do grupo contraste (grupo 2), 40 estudantes da rede pública de ensino da grande São Paulo, que se encontram em conformidade com a lei, com idade entre 14 e 18 anos, do sexo masculino e nível socioeconômico diverso. Os critérios idade e sexo foram usados para homogeneizar os participantes. A Tabela 1 mostra a distribuição da frequência e porcentagem das idades dos grupos.

Tabela 1 – Frequência e porcentagem da idade dos participantes da pesquisa.

Idade	Grupo 1		Grupo 2	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
14	2	2,4	1	2,5
15	7	8,2	4	10,0
16	31	36,5	14	35,0
17	31	36,5	14	35,0
18	14	16,5	7	17,5
Total	85	100,0	40	100,0

A média de idade dos participantes foi de 16,56 para o Grupo 1 e 16,55 para o Grupo 2. É possível observar que a maioria tem entre 16 e 17 anos (73% para o grupo 1 e 70% para o grupo 2).

3.2 - Material

O material utilizado foi o teste Desenho da Figura Humana (DFH), com vista à análise apenas da personalidade, em uma perspectiva projetiva. Para a aplicação do instrumento, foi necessário folhas de papel em branco, sem pauta, tamanho ofício, lápis grafite nº 02, borracha, apontador, roteiro do questionário do DFH, conforme sugerido por Portuondo (1979) (anexo III) e papel para anotação. Solicitou-se aos colaboradores que respondessem a um questionário de identificação com a finalidade de caracterizar a população (anexo II). No questionário foram solicitadas informações como idade, delitos que cometeu, escolaridade, número de irmãos.

3.3 - Procedimento de aplicação

Após a aprovação das Instituições onde foram feitas as coletas de dados e do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Francisco, a coleta de dados foi realizada.

Antes do início da coleta de dados, foi solicitado ao Diretor da Unidade de Semiliberdade que assinasse o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (anexo I) uma vez que a tutela dos menores pertence ao Estado. Na escola, solicitou aos alunos que levassem o termo para os responsáveis assinarem e trouxessem no dia da aplicação. Os alunos maiores de 18 assinaram seus Termos de Consentimento Livre e Esclarecido no dia da aplicação. O termo foi apresentado em duas vias, permanecendo uma com o responsável ou com colaborador e outra com a pesquisadora.

Depois de obtidas as assinaturas do termo, os adolescentes infratores foram chamados individualmente para a aplicação. A aplicação iniciou com as informações sobre a pesquisa.

Posteriormente, foi entregue a folha de papel e solicitado que nela fizessem um desenho de uma figura humana, o mais completo possível. Depois de concluído o primeiro desenho, a folha foi recolhida, e outra entregue para que fizessem a figura humana de sexo oposto ao desenhado inicialmente. Havia a disposição dos menores 02 lápis grafite nº02, borracha e apontador.

Posteriormente, foi requerido ao menor que respondesse o questionário de identificação (anexo II) e um inquérito acerca dos desenhos, conforme roteiro sugerido por Portuondo (1979) (anexo III). A realização do inquérito, assim como o segundo desenho, foi facultativo aos adolescentes colaboradores, mas todos o fizeram. Alguns adolescentes preferiam não responder algumas perguntas. A aplicação com os menores infratores contou com a colaboração de uma auxiliar de pesquisa, devidamente treinada para essa ocasião.

A aplicação na escola foi realizada de forma coletiva, nas salas de aulas dos colaboradores. Como a aplicação foi coletiva e em horário de aula, não foi possível solicitar a história dos desenhos aos colaboradores.

3.4 - Procedimento de correção

Para a avaliação e interpretação dos desenhos, utilizou-se o protocolo proposto por Portuondo (1979) (anexo IV), que se baseia nos seguintes itens:

1- Verificação dos aspectos gerais dos desenhos, que consiste em verificar a posição do desenho na folha, sua localização, tamanho relativo, qualidade do grafismo, resistência em desenhar, ausência de partes do desenho.

2 - Verificação e análise dos aspectos estruturais ou formais próprios do desenho, que se refere ao tema, ou seja, quem é retratado e o que está fazendo, ação ou movimento,

perspectiva, seqüência do desenho e comentários preliminares, proporção, transparência, linha mediana, anatomia interna, articulação, simetria definida, complementos ao desenho, ordem das figuras, tamanho relativo e tratamento diferencial entre as figuras do par.

3 - Verificar e analisar os aspectos de conteúdo, que consiste no corpo e suas partes, ou seja, a cabeças e partes que a compõem, braço, mãos e dedos, tronco, tórax, ombros, cintura, pernas e pés, roupa e acessórios.

Com bases nessas análises os dados foram agrupados segundo os critérios para 10 diagnósticos nosológicos conforme sugerido por Portuondo (1979).

Agressividade. Boca com dentes destacados, boca com grossa linha entrecortada, olhos penetrantes, sobrelha grande e peluda, nariz com narinas destacadas, mãos sombreadas, dedos em forma de lança, punho cerrados, dedos cuidadosamente articulados, porém, fechado com uma linha, dedos largos, mais de cinco dedos em uma mão, pés grandes, dedos dos pés destacados, dedos dos pés cerrados por uma linha, gravata flutuando, figura com traço muito forte, ênfase no sombreado.

Inadaptação social. Cabeça grande, início do desenho pelo boné ou traços da face, a cabeça feito por último, desenham dos pés para cima, olhos com ênfase, boca com ênfase, olhos vazios.

Histeria. Boca com dentes destacados, simetria confusa, figura grande, figura no centro da folha, figura flutuando, linha reforçada, linha fina.

Psicopatia. Mãos dentro do bolso, dedos sombreados ou reforçados, punho fechado, ênfase nos bolsos, figura grande, figura do lado esquerdo da folha, ênfase no sombreado.

Infantilidade. Boca com dentes destacados, boca côncava, olhos vazios, ênfase nos botões, ênfase nos bolsos, ênfase na linha média.

Dificuldade sexual. Boca com ênfase, boca com língua destacada, cabelos desordenados, figura com chapéu, nariz sombreado, nariz largo, gravata grande, mãos sombreadas, mãos dentro do bolso, mãos sobre a região genital, dedos sombreados ou sombreados, nariz achatado, pernas em forma de saia e com traço ao meio para dar impressão de calça, figura de homens bem detalhada e bondosa, e figuras de mulheres com imagem materna, com virilidade e hostilidade; se a figura feminina for menor que a figura masculina pode indicar uma atitude de desprezo em relação à figura feminina, em defesa contra a imagem autoritária, castradora assimilada a ela. Outros indicadores de dificuldade sexual são: pés em forma de falo, ênfase nas articulações, ênfase nos bolsos, gravata comprida, destacada, pés e nariz grandes, sapato e chapéu em forma de falo, outros acessórios como cachimbo, cigarro, pista e bastão.

Maníaco. Presença de órgãos internos, desenho feito desordenadamente, simetria confusa, figura grande, figura com traço muito forte.

Psicopatia em geral. Presença de órgãos internos, desenho feito desordenadamente, figura com traço muito forte, ênfase nas orelhas.

Esquizóides. Orelhas grandes, cabelos destacados da cabeça na figura feminina, tronco longo, ênfase nas articulações, ênfase nos botões, figura com braços apertados junto ao corpo, figura com traço muito forte.

Esquizofrenia. Boca com dentes destacados, tronco longo, omissão dos braços, presença de órgãos internos, cadeiras e nádegas com linha exagerada da cintura, ênfase nas articulações, presença de órgãos sexuais, desenho feito desordenadamente, ênfase nos botões, cabeça de perfil, tronco de frente e pernas de perfil, olhos sem pupila.

4 - RESULTADOS

4.1 - Característica dos grupos estudados

Como objetivo de caracterizar os participantes da pesquisa foram comparadas as frequências das idades, escolaridade, com quem reside, número de irmãos, quem considera da família, uso de drogas e qual o tipo delas. Foram calculadas as frequências do delito que cometeu, a medida sócioeducativa que está cumprindo, o primeiro delito e o motivo que o levou a cometê-lo para o grupo 1 (infrator). Os resultados podem ser observados nas Tabelas 2 a 6. A Tabela 2 apresenta os dados sobre a escolaridade dos participantes.

Tabela 2 – Distribuição de frequência e porcentagem da escolaridade dos participantes

Série	Grupo 1		Grupo 2	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não respondeu	1	1,2	-	-
1º ano do ensino fundamental	1	1,2	-	-
4º ano do ensino fundamental	2	2,4	-	-
5º ano ensino fundamental	10	11,8	-	-
6º ano ensino fundamental	9	10,6	-	-
7º ano do ensino fundamental	16	18,8	-	-
8º ano do ensino fundamental	32	37,6	9	22,5
1º ano ensino médio	11	12,9	3	7,5
2º ano ensino médio	3	3,5	11	27,5
3º ano do ensino médio	-	-	17	42,5
Total	85	100,0		

A distribuição da frequência da escolaridade dos participantes mostra que o Grupo 1 se distribui desde o 1º ano do ensino fundamental até o 2º ano do ensino médio, predominando as séries do ensino fundamental (78,8). Observa-se que 98,8% dos participantes do grupo 1 estudam devido ao fato de existir escola dentro da unidade da FEBEM, apenas 1 dos colaboradores (1,2%) ainda não estava estudando devido a sua recente chegada a instituição. O Grupo 2 distribui-se predominantemente no ensino médio, o que é esperado para essa faixa

etária, sendo que, maioria dos participantes desse grupo cursa o 3º ano do ensino médio (42,5%). Há, portanto, uma diferença nítida quanto à escolaridade dos dois grupos.

A Tabela 3 apresenta a distribuição das informações sobre com quem os participantes moram. Para fazer a classificação foi utilizada a figura central da família, o que significa que os participantes não moram apenas com essas pessoas.

Tabela 3 – Distribuição da frequência e porcentagem das pessoas com quem os participantes residem.

Com quem residem	Grupo 1		Grupo 2	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Avó	5	5,9	-	-
Mãe	31	36,5	9	22,5
Mãe e padrasto	13	15,3	1	2,5
Pai e madrasta	2	2,4	-	-
Pais	29	34,1	25	62,5
Irmãos	1	1,2	-	-
Sozinho	1	1,2	-	-
Tios	3	3,5	-	-
Família	-	-	4	10,0
Não respondeu	-	-	1	2,5
Total	85	100	40	100

Conforme a Tabela 3, observa-se que a maioria mora com a mãe (51,8%) e ainda que 34,1% mora com pai e mãe. Entre os participantes do Grupo 2 todos moram pelo menos com 1 dos pais, predominando aqueles que moram com ambos (62,5%). O número de irmãos dos participantes da pesquisa é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição da frequência e porcentagem do número de irmãos dos participantes.

Nº de irmãos	Grupo 1		Grupo 2	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	4	4,7	4	10,0
1	11	12,9	19	47,5
2	22	25,9	14	35,0
3	13	15,3	1	2,5
4	11	12,9	1	2,5
5	9	10,6	-	-
6	6	7,1	-	-
7	4	4,7	1	2,5
8	2	2,4	-	-
9	2	2,4	-	-
14	1	1,2	-	-
Total	85	100,0	40	100,0

Nota-se na Tabela 4 que no Grupo 1 há uma concentração de irmãos entre 1 e 5, responsável por 67,8%, predominando aqueles que possuem 2 irmãos (25,9%). No Grupo 2 47,5% possui apenas 1 irmão, seguido pelos que têm 2 (35,0%)

Tabela 5 – Distribuição da frequência e porcentagem do uso de drogas.

Uso de drogas	Grupo 1		Grupo 2	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não respondeu	1	1,2	-	-
Já experimentou	16	18,8	-	-
Nunca usou ou experimentou	21	24,7	-	-
Usuário	24	28,2	-	-
Já usou e parou	23	27,1	-	-
Total	85	100,0	40	100,0

Conforme apresentado na Tabela 5, 74,1% dos participantes do Grupo 1 já teve contato com algum tipo de droga ilícita, sendo que 28,2% desse grupo ainda faz uso de entorpecente. Ao que se refere ao Grupo 2, nenhum dos participantes declarou fazer uso ou

que já teve contato com drogas. Entre os participantes do Grupo 1 a maconha é a droga mais comum (43%), e 26% desse mesmo grupo já teve contato com mais de uma droga, como, *crack*, estase, lança-perfume e cocaína.

Tabela 6 – Distribuição da frequência e porcentagem dos delitos cometidos

Delito (artigo)	Frequência	Porcentagem
10	2	2,4
12	3	3,5
14	1	1,2
155	12	14,1
157	59	69,4
157, 148	1	1,2
157, 14/121	1	1,2
171	1	1,2
180	1	1,2
213	1	1,2
331,14, 12	1	1,2
14/121	2	2,4
Total	85	100,0

De acordo com a Tabela 6, a maioria dos delitos cometidos pelos colaboradores do Grupo 1 é artigo 157 do Código Penal Brasileiro, assalto a mão armada (69,4%). Quando associado com outro delito, a frequência aumenta para 71,8%. Apesar de estarem em regime de semiliberdade, 11,9% cumpriam outras medidas associadas como, prestação de serviço, liberdade assistida e 2,4% já estiveram em regime de internação. O tempo de execução de medida dos menores em semiliberdade pode variar entre 6 e 18 meses. A maioria estava na instituição entre 1 e 4 meses, predominando aqueles que estavam cumprindo medida há 1 mês (30,6%). A média do tempo que estão na instituição é 3,02 e desvio padrão (DP) 2,29.

O primeiro delito cometido pelos menores infratores com maior frequência é artigo 157 (assalto a mão armada) seguido pelo artigo 155 (furto). Entre os colaboradores 20,0% estavam cumprindo medida sócioeducativa pelo primeiro delito cometido.

Para 44,7% dos colaboradores do Grupo 1, o motivo que os levou a cometer o primeiro delito foi dinheiro para diversos fins. Entre os diversos motivos, dinheiro para comprar roupas corresponde a 14,1% da amostra.

Dos menores infratores, 42,4% cometeu mais de um tipo de delito, ou seja, infringiu outros artigos do Código Penal que diverge do delito pelo qual está cumprindo medida como também do seu primeiro delito. Entre esses delitos, 11,8% referem-se ao artigo 157 do referido Código (assalto a mão armada). Ao lado disso, 48,2% dos participantes do Grupo 1 tem algum parente que já cometeu algum ato infracional. Os parentes mais freqüentes são tio (10,6%) e primo (10,6%) e irmão (8,2%).

4.2 - Estudo sobre as diferenças dos grupos em relação aos 10 diagnósticos nosológicos: evidências de validade por grupos contrastes

Após as correções efetuadas foi realizada a análise estatística dos dados, conforme resultados passaremos a detalhar. Antes de calcular as médias, foram retirados 32 itens porque obtiveram variância zero, ou seja, não tiveram nenhuma pontuação, a saber, boca erótica, boca com ênfase excessiva, boca apertada com expressão de tensão, lábios com língua sensual, punhos fechados pressionados sobre o corpo, dedos das mãos em forma de grassas, pernas torcidas, dedos dos pés pintados através dos sapatos, seios sombreados, seios encobertos por bolsos, ombros destacados, cadeiras e nádegas interrompidas, gravata flutuando, chapéu presente e ausência de vestuário, figura muito feia, figura cumprimentando, figura passeando, excesso de simetria, perfeccionismo, exibicionismos, olhos fechados, a mulher que se encontra dominada e está sob a influência masculina pode fortalecer a figura feminina e debilitar a masculina, tronco parecido com aranha,

preocupação autística/narcisista, lábios com cigarro, orelhas com transparência, ênfase no nariz, movimento de contato, mãos segurando espadas, linhas incompletas na região torácica, linhas representando as costelas, e por fim, os sujeitos podem projetar nos dois desenhos, porém, outras vezes projetam unicamente seus defeitos na figura do sexo oposto. Os resultados encontrados com relação aos 10 diagnósticos nosológicos encontram-se na Tabela 7.

Tabela 7 – Médias, desvio padrão, valores de *t* e *p* e grau de liberdade para os 10 diagnósticos nosológicos

	Grupo	Média	DP	<i>t</i>	<i>gl</i>	<i>p</i>
Agressividade	1	1,51	1,37	1,238	78,78	0,22
	2	1,20	1,32			
Inadaptação Social	1	0,70	0,76	0,56	96,61	0,58
	2	0,63	0,59			
Histeria	1	1,73	1,13	0,43	97,50	0,67
	2	1,65	0,87			
Psicopatia	1	1,60	0,97	1,39	79,88	0,17
	2	1,35	0,92			
Infantilidade	1	1,73	1,13	2,22	71,88	0,03
	2	1,23	1,21			
Dificuldade sexual	1	2,35	1,52	0,78	91,32	0,43
	2	2,15	1,25			
Maníacos	1	0,44	0,70	2,68	119,84	0,01
	2	0,18	0,39			
Psicopatia	1	1,60	0,97	1,39	79,88	0,17
	2	1,35	0,92			
Esquizóides	1	0,59	0,68	0,45	69,89	0,65
	2	0,53	0,75			
Esquizofrênicos	1	0,83	0,78	1,23	86,96	0,22
	2	0,65	0,79			

p<0,05

Conforme Tabela 7, 8 dos 10 diagnósticos nosológicos não são significativos, porém a média do Grupo 1 (infratores) é superior a do Grupo 2 (não infrator) para todos. Os diagnósticos nosológicos que se apresentaram significativos são infantilidade e mania.

Como os grupos de itens relacionados para agressividade e inadaptção social, não foi capaz de diferenciar os grupos, conforme se esperava, calculou-se as diferenças de média para outros conjuntos de itens, ou seja, foram realizadas outras análises para verificar se por meio do teste Desenho da Figura Humana é possível distinguir o grupo de infrator de não infrator.

Os diagnósticos nosológicos de infantilidade e mania apresentaram resultados significativos, por esse motivo, foram realizadas análises individuais desses itens. Ao calcular as diferenças de média entre os itens que compõem o diagnóstico de infantilidade obtiveram-se resultados apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 – Médias, desvio padrão, valores de t e p e grau de liberdade para os itens do diagnóstico nosológico de infantilidade.

	Grupo	Média	DP	t	gl	p
Boca com dentes a vista	1	0,21	0,41	2,23	110,68	0,03
	2	0,08	0,27			
Boca côncava	1	0,46	0,50	0,091	76,13	0,93
	2	0,45	0,50			
Olhos sem pupilas	1	0,20	0,40	0,334	79,66	0,74
	2	0,18	0,39			
Ênfase nos botões (sombreamento ou colocação inadequada)	1	0,02	0,15	-0,049	74,02	0,96
	2	0,03	0,16			
Bolsos	1	0,33	0,47	1,239	84,76	0,22
	2	0,23	0,42			
Ênfase na linha média	1	0,51	0,50	2,567	84,35	0,01
	2	0,28	0,45			

$p < 0,05$

É possível observar, por meio da Tabela 8, que os itens boca com dentes a vista e ênfase na linha media do corpo mostram-se significativos, mostrando que no diagnóstico nosológico de infantilidade apenas esses dois itens são significativos e os demais contribuem para que o nível de significância seja rebaixado. Calculou-se também a média por meio do *Test t* para os itens que compõem o diagnóstico de mania a fim de observar a consistência de cada um deles, conforme é apresentado na Tabela 9.

Tabela 9 – Médias, desvio padrão, valores de *t* e *p* e grau de liberdade para os itens do diagnóstico nosológico de mania.

	Grupo	Média	DP	<i>t</i>	<i>gl</i>	<i>p</i>
Presença de órgãos internos	1	0,02	0,15	1,423	84,00	0,16
	2	0,00	0,00			
Desordenado	1	0,04	0,19	1,753	84,00	0,08
	2	0,00	0,00			
Simetria confusa	1	0,19	0,39	4,413	84,00	0,00
	2	0,00	0,00			
Figura grande	1	0,14	0,35	0,248	79,68	0,81
	2	0,13	0,34			
Figura com traço muito forte	1	0,05	0,21	-0,070	74,08	0,94
	2	0,05	0,22			

p < 0,05

Ao se calcular a média apenas entre os itens que formam o diagnóstico nosológico de mania a fim de verificar a consistência de cada um deles, nota-se na Tabela 9 que apenas o item simetria confusa mostra-se significativo e os demais possuem valores acima do esperado e contribuem para o a significância desse diagnóstico seja rebaixado.

5 - DISCUSSÃO

Este trabalho teve como objetivo buscar evidências de validade da forma projetiva do Desenho da Figura Humana, buscando características de personalidade conforme proposto por Machover, para uma população de adolescentes em conflito com a lei e que estivesse cumprindo medida sócioeducativa de semiliberdade. Para atingir o objetivo proposto, os participantes foram comparados com alguns adolescentes em conformidade com a lei, a fim de estabelecer as diferenças entre eles por meio do instrumento de avaliação psicológica escolhido. Os itens sexo e idade foram os critérios de homogeneização da amostra, sendo todos do sexo masculino e a idade variando de 14 a 18 anos. Foi possível encontrar pessoas maiores de idade nas unidades da Febem porque o ato infracional foi cometido quando elas eram menores de idade

Primeiramente foram caracterizados por meio de frequência simples comparando os dois grupos. A escolaridade dos participantes mostra que todos os colaboradores, exceto 1, estudam, esse fato ocorre porque ao serem mandados para cumprirem medida sócio-educativa, os menores têm que estudar nas unidades que se encontram. Porém, nota-se que a idade não corresponde à série que deveriam estudar. Ao contrario do ocorre no grupo de adolescentes não infratores, as idades correspondem à série que devem estudar.

Os itens relacionados à família também são distintos entre os grupos. O número de irmãos do Grupo 1 varia de zero a 14 enquanto e no Grupo 2 essa variação é até 4. Esses dados nos dão indícios de famílias muito numerosas. Outra informação sobre os colaboradores refere-se a quem considera da família. O Grupo 1 teve dificuldade de entender a pergunta e deu respostas amplas, com número elevado de pessoas, por sua vez, o outro grupo é mais conciso nessa resposta como também referente à pergunta sobre com

quem residem. Nessa pergunta os adolescentes infratores novamente apresentam respostas variadas enquanto o grupo controle restringe a família nuclear (pai, mãe e irmãos). Sani (1999) destaca que uma das possíveis causas da violência relaciona-se a famílias muito grande com, elevado número de irmãos. Veiga (1999) ainda acrescenta que a falta de amizade entre irmãos, ou vínculo familiar, também pode ser um preditor da delinquência.

A questão indicativa ao uso de drogas entre os colaboradores mostra que grande parte dos adolescentes do Grupo 1 já teve contato ou ainda faz uso de entorpecentes. Ao lado disso, nenhum dos adolescentes do grupo contrastante relatou fazer uso ou ter contato com drogas. Essa informação pode ser questionada porque os adolescentes podem tê-la omitido com medo de uma possível repreensão na escola onde estudam. Entre as drogas consumidas, a maconha é a mais freqüente. Não foram obtidos dados sobre a utilização de drogas antes da realização do ato infracional, mas ainda sim se pode questionar se o delito foi cometido sob influência de entorpecentes, como nos casos da violência induzida relatada no estudo de Otero-Lopes (1997) citado por Rodrigues, Rosseto e Rovinski (2001). A delinquência funcional, igualmente descrita pelos autores, também pode ser uma dos fatores motivacionais do crime, ou seja, o adolescente comete algum delito a fim de obter meios para comprar sua droga.

Analisando o Grupo 1 sobre os delitos cometidos, os artigos 157 e 155 são os mais comuns (roubo a mão armada e furto, respectivamente). Os motivos que os levaram a cometer os delitos, em sua maioria, foram a necessidade de dinheiro para diversos fins, como roupas, drogas, viagens. Foi possível observar pelo discurso dos colaboradores, uma insatisfação com a condição de vida que lhes era oferecida e uma tentativa de mudá-la mesmo que por meios de atos ilícitos, porém, rápidos, como roubar para mostrar para os

amigos que tinha certo objeto, ou ainda, roubar um garoto porque “ele era boy”, ou seja, tinha objetos que ele não poderia ter. Muitos dos que traficavam drogas entendem essa atividade como um trabalho ou uma atividade remunerada. É possível observar que o motivo pelo qual os adolescentes cometem as infrações é muitas vezes a busca por poder e *status*, tentativa de mudar sua condição de vida, adrenalina da atividade de risco, corroborando as conclusões de Steinberg (2002).

Com relação aos homicídios ou tentativas, os motivos dados para que cometessem tal infração foram tênues, como ser ameaçado, defender o irmão e sentir-se ameaçado enquanto cometem algum ato infracional. Segundo os colaboradores que cometem esse delito, matar é uma questão de sobrevivência e defesa.

Outro ponto que chama a atenção é que quase metade (48,2%) dos colaboradores tem um parente que já cometeu algum delito. As infrações realizadas por eles não divergem das cometidas pelos colaboradores dessa pesquisa, porém, poucos relatam terem sido influenciados por seus familiares.

Com relação às análises estatísticas realizadas, notou-se que dos 10 diagnósticos submetidos à avaliação (agressividade, inadaptação social, histeria, psicopatia, infantilidade, dificuldade sexual, mania, psicopatia em geral, esquizóides, esquizofrenia) apenas dois foram significativos, infantilidade e mania com $p=0,00$ para ambos. Esperava-se que os diagnósticos de agressividade e inadaptação social apresentassem valores significativos, o que não ocorreu. Esses dados confirmam os encontrados na literatura como o estudo realizado por Souza (1990) na qual os grupos também não se diferenciaram quanto a agressividade. Das análises realizadas apesar das diferenças encontradas não terem sido significativas, as médias do Grupo 1 são superiores ao Grupo 2 em todos os critérios

avaliados. Deve-se destacar que foram analisados apenas os primeiros desenhos realizados pelos colaboradores. Esse fato se dá devido a pouca variação de conteúdo entre os desenhos realizados.

Quanto ao objetivo proposto, buscar evidências de validade por meio de grupos contrastante, foi possível atingi-lo para 2 diagnósticos dos 10 estudados, nos demais, os grupos não apresentaram diferenças significativas. Do diagnóstico nosológico de infantilidade e maníacos nem todos os indicadores sugeridos por Portuando (1979) mostram sensibilidade para o grupo estudado, ou seja, para infantilidade dos 6 indicadores apenas 2 (boca com dentes a vista e ênfase na linha média do corpo) mostraram sensíveis e para maníacos, apenas simetria confusa mostrou-se sensível. Deve-se salientar também o problema da ausência da definição de Portuando do que é cada construto.

5.1 – Considerações finais

Como não foram encontrados resultados significativos duas hipóteses podem ser levantadas. A primeira refere-se às questões sociais, o que significaria que a delinquência juvenil não é um fator estrutural do indivíduo, ou seja, não faz parte de sua estrutura de personalidade e sim estabelecida pelo meio em que o indivíduo está inserido, conforme Meneghel, Giugliani e Falceto (1998) que levantam a hipótese que os adolescentes são agressivos em resposta à agressividade da sociedade.

Analisando os dados de identificação da amostra levanta-se a possibilidade que muitos desses adolescentes são provenientes de famílias numerosas ou convivem com muitas pessoas na mesma residência, o que o levaria a antecipar a busca pela sua independência ou mesmo para melhorar as condições do local onde moram. Diante dessa realidade, o crime torna-se

uma solução rápida, fácil e rentável, como expõem Steinberg (2002) e Rodrigues, Rossetto e Rovinski (2001) que o tráfico é uma forma para se obter retorno financeiro rapidamente, fato esse que a educação não proporcionará.

Buscando a melhora da condição financeira, seja ela para auxiliar a família ou por insatisfação da própria, levanta-se a questão da evasão escolar, ou seja, o jovem abandona seus estudos para trabalhar e muitos quando não o encontram, optam pela criminalidade, fato esse relatado por Rodrigues, Rossetto e Rovinski (2001). Outro fato que pode explicar a evasão escolar, porém não comprovado por este estudo, são os problemas relacionados à aprendizagem, que pode resultar em repetências e desmotivação para o estudo.

Outra possibilidade para explicar os resultados alcançados refere-se ao instrumento que pode não ser sensível às características escolhidas para este estudo. Apesar dessa possibilidade, cabe lembrar que segundo o estudo de Van Kolck (1963) e mais recentemente de Gottsfritz (2000), o DFH é capaz de distinguir características de personalidade e é eficaz tanto na área clínica como na avaliação sistemática de seus traços. Os adolescentes em conflito com a lei e os em conformidade com ela podem ter diferenças de personalidade, mas não foi possível observá-las por meio do instrumento usado neste estudo.

Pode-se discutir também as questões relacionada à precisão entre avaliadores. Um estudo posterior pode ser realizado uma vez que é possível a ocorrência de equívocos nas avaliações, por se tratar de uma técnica projetiva e seus resultados dependerem da percepção daquele que o corrige.

Deve-se destacar a importância de outros estudos, utilizando-se diferentes instrumentos porém dentro do mesmo contexto, pois o DFH pode não ser sensível a essa população, mas também pode nos mostrar que de fato não existam diferenças significativas.

Outros estudos podem ser realizados utilizando outras técnicas, sejam elas projetivas ou psicométricas, a fim de esclarecer se há diferença entre os adolescentes em conflito com a lei e os em conformidade com ela.

6 - REFERÊNCIAS

- Aberastury, A; & Knobel, M.,(1981). *Adolescência normal: um enfoque Psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Alchieri, J.C., Noronha, A.P.P.;& Primi, R. (2003). *Guia de referência: testes psicológicos comercializados no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Anastasi, A. (1977). *Teste psicológico*. (Dante Moreira Leite. Trad.) (2ª ed.). São Paulo: E.P.U.
- Anastasi, A.; & Urbina, S. (2000). *Testagem Psicológica*. (7ª ed.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Anzieu, D. (1989). *Os métodos projetivos*. (5ª ed.) Rio de Janeiro: Campus.
- Arpini, D.M. (1999). Adolescência e violência: reflexões a partir da história. *Psicologia Argumento* 17 (24) 99-112.
- Assis, S.G. (1994). Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Caderno de. Saúde Pública* 10 (1) 126-134, Disponível na Internet: <http://www.scielo.br/>. [04 Setembro 2004].
- Bell, J.E. (1951). *Técnicas Proyectivas: Exploración de la Dinámica de la Personalidad*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Bento, V.E.S. (1992). O diagnóstico e o tratamento da delinquência juvenil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* 44 (1/2), 83-103.
- Blos, P. (1962). *Adolescência*. (V. Dutra, trad.) São Paulo: Martins Fontes.

- Blos, P. (1996). *Transição adolescente*. (M. R. Hofmeister, trad.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cabral, A.; & Nick E. (1998). *Dicionário técnico de psicologia*. 10ª ed., São Paulo: Cultrix.
- Chabert, C. (2004). *Psicanálise e métodos projetivos*. (Lelé, A. J. & Silva, E. M. A. C., trad.) São Paulo: Vetor.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2001). *Resolução Nº 025/2001*. [citado em 26 de agosto de 2005]. Disponível na World Wide Web: <http://www.pol.org.br>.
- Cunha, J.A. (2000). *Psicodiagnóstico –V*. 5ª. Ed. Porto Alegre: ArteMed.
- Cunha, J.A.; & Vasconcelos, Z.B. (1987). A pessoa na chuva: um estudo de adolescentes delinquentes e não delinquentes. *Psico* 2 (14), 32-42.
- D'andrea, F.F. (1987). *Desenvolvimento da personalidade – Enfoque psicodinâmico*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Domenico, V.G.C.D. (1988). O uso de drogas como implementação de uma identidade negativa segundo a teoria de E. H. Erikson. *Revista Brasileira de Pesquisa em Psicologia* 1 (1).
- Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA*. (2004) São Paulo: Imprensa Oficial.
- Erikson, E. (1968). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Flores-Mendoza, C.E.; Nascimento, E.; & Castilho, A.V. (2002) A crítica desinformada aos testes de inteligência. *Revista Estudos de Psicologia* 19 (2), 17-36.

- Formiga, N.S.; Andrade, J.M.; Meira, M.; Vasconcelos, T.C.; & Mello, I. (2000). A influência na ciência no desenvolvimento dos testes psicológicos e técnicas projetivas. *Psicologia Revista, 11*, 93-104.
- Freitas, N.K. (2000). TAT – Teste de apercepção temática, conforme o modelo interpretativo de Murray. In Cunha, J.A. (2000). *Psicodiagnóstico V* (pp. 399-408). 5ª Ed. Porto Alegre: ArteMed.
- Gottsfriz, M.O. (2000). *A confiabilidade na interpretação do desenho da figura humana*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Grossman, E. (1998). A adolescência através dos tempos. *Adolescência Latinoamericana. –I* (2) 68-74. Art. disponível na Internet: <http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php>. [04 Setembro 2004].
- Hammer, E.F. (1991). *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hutz C.S.; & Antoniazzi A.S. (1995). O desenvolvimento do desenho da figura humana em crianças de 5 a 15 anos de idade: normas para avaliação. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 8* (1), 3-18.
- Hutz C.S.; & Bandeira D.R. (1993). Avaliação psicológica como o desenho da figura humana: Técnica ou intuição? *Temas em Psicologia, 3*, 35 - 41.
- Hutz C.S.; & Bandeira D.R. (2003). Avaliação Psicológica no Brasil: situação atual e desafios para o futuro. Em O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.) *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Ide, L.O. (2004). *Avaliação dos aspectos cognitivos e emocionais da criança hospitalizada segundo Koppitz*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Avaliação Psicológica, Universidade São Francisco: Itatiba.
- Koppitz, E.M. (1976). *El dibujo de la figura humana en los niños*. (4ª ed.). Buenos Aires: Guadalupe.
- Levisky, D.L. (1998). *Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mazzaro, A.C. (1985). Investigação clínica da personalidade de adolescentes homicidas através do procedimento de desenho-estórias. *Estudos de psicologia*. 2(1) 86-98.
- Meneghel, S.N.; Giugliani, E.J.; & Falceto, O. (1998). Relação entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Caderno de Saúde Pública*. 14 (2) 327-335.
- Menin, M.S.D.S. (2000). Representação social de justiça em adolescentes infratores: Discutindo novas possibilidades de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 13 (1) 59-71.
- Montague, D.J.; & Prytula, R.E. (1975). Human figure drawing characteristics related to juvenile delinquents. *Perceptual and motor skills*. 40(2) 623-630.
- Norford, B.C.; & Barakat, L.P. (1990). The relationship of human figure drawings to aggressive behavior in preschool children. *Psychology in the Schools*. 27(4): 318-325.
- Noronha, A.P.P. (2002). Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), 135-242.
- Papalia, D.E.; & Olds S.W. (2000). *Desenvolvimento humano* (7ª ed.). Porto Alegre: ArtMed.

- Pasian, S.R.; Okino, E T.K.; & Saur, A.M. (2004). Padrões normativos do desenho da figura humana em adultos. Em: *III Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Rorschach e Métodos projetivos - Técnicas Projetivas – Produtividade em pesquisa*. Vaz, C. E., Graeff, R. L. (orgs.) Sociedade Brasileira de Rorschach. pp.59.
- Pasquali, L. (Org.) (2001). *Técnicas de Exames Psicológicos – TEP: Manual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Portuondo, J.A. (1979). *Test proyectivo de Karen Machover – La Figura Humana*. (3ª ed.) Madri: Biblioteca Nueva.
- Rappaport, C.R. (Org.) (1982). *Psicologia do Desenvolvimento: A idade escolar e a adolescência*. São Paulo: E.P.U..
- Retondo, M.F.N.G. (2000). *Manual prático de avaliação do HTP (casa-árvore-pessoa) e família*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rodrigues, R.B.; Rossetto, S.; & Rovinski, S.L. (2001). O adolescente infrator e o uso de substância psicoativas. *Aletheia* 13 (4), 43-51.
- Sá, A.A. (2001). Delinqüência infanto-juvenil como uma das formas de solução da privação emocional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 3 (1), 13-22.
- Sani, A.L. (1999). Família e delinqüência. *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Vol VI. Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Santos, P.S.; Colaço, N.; Taborda, J.; & Alvarez, M. (1997). O desenho da figura humana como técnica de avaliação psicológica: que qualidades, que limitações? *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Vol V. Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses

- Silva, D.F.M. (2002). *O desenvolvimento da trajetória do comportamento delinqüente em adolescentes infratores*. Tese de Doutorado Universidade, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. Trabalho disponível na Internet: <http://www.biblioteca.ufrgs.br/bibliotecadigital> [12 de fevereiro de 2005].
- Sisto, F.F.; Codenotti, N.; Costa, C.A.J.; & Nascimento, C.N. (1979). Testes psicológicos no Brasil: que medem realmente. *Revista Educação e Sociedade* 2, 152-165.
- Steinberg, D. (2002). *Delinqüência: um lapso social?* Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Souza, I. (1990). *O comportamento agressivo em grupos culturalmente diferenciados*. Tese e Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Thomas, M.B. (1974). *Teste dos três personagens: Contribuição ao estudo dos métodos projetivos*. (Neto, M. I. D., trad.) Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Veiga, F.H. (1999). Família e violência dos jovens nas escolas. *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Vol VI. Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Volpi, M. (1997). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez Editora
- Van Kolck, O.L. (1963). *Sobre a técnica do desenho da figura humana na exploração da personalidade: Estudo de adolescentes de centros urbanos*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Van Kolck, O.L. (1984). *Teste projetivos gráficos no diagnóstico psicológico*. São Paulo: E.P.U..

Wechsler, S.M. (1999). Guia de procedimento ético para a avaliação psicológica. In S.M. Wechsler; & R.L. Guzzo (Orgs.), *Avaliação psicológica: perspectiva internacional*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Winicott, D.W. (2002). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.

Zalsman, G.; Netanel, R.; Fischel, T.; Freudenstein, O.; Landau, E.; Orbach, I.; Weizman, A.; Pfeffer, C. R.; & Apter, A. (2000). Human figure drawings in the evaluation of severe adolescent suicidal behavior. *Journal of the American academy of child and adolescent psychiatry* 39 (8), 1024-1031.

7 - ANEXOS



1ª via

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Comitê de Ética – Universidade São Francisco

Projeto: **Evidências de validade do Desenho da Figura Humana com adolescentes em conflito com a lei**

Estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de buscar evidências de validade de um teste psicológico intitulado Desenho da Figura Humana em menores em conflito com a lei. Caso concorde em participar como voluntário (a) da pesquisa, sob responsabilidade da aluna mestranda em Psicologia Aletéia Henklain Ferruzzi, assine o termo de consentimento.

Assinando o termo de consentimento, estou ciente de que:

- Durante o estudo desenharei dois desenhos da figura humana, de sexo diferente e posteriormente responderei a um questionário sobre os desenhos realizados;
- Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos por meio da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho acima expostos, cujos dados poderão ser publicados em periódicos científicos;
- Os procedimentos aplicados não oferecem riscos conhecidos à minha integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais;
- Estou livre para interromper minha participação a qualquer momento;
- Poderei entrar em contato com o responsável pelo estudo sempre que julgar necessário pelo telefone (11) 4534-8046;
- Para contatar o Comitê de Ética da Universidade São Francisco, entrar em contato com a secretária pelo telefone (11) 4534-8040;
- Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação nesta pesquisa;
- Este termo de consentimento é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em meu poder e a outra com o pesquisador responsável.

Eu, _____, portador do R.G. _____, residente à rua _____, nº _____, da cidade de _____ estado de _____, telefone () _____, responsável pelo menor _____ dou o consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário (a) da pesquisa supra citada.

Itatiba, _____ de _____ de 2005.

Assinatura do Responsável



2ª via

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Comitê de Ética – Universidade São Francisco

Projeto: **Evidências de validade do Desenho da Figura Humana com adolescentes em conflito com a lei**

Estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de buscar evidências de validade de um teste psicológico intitulado Desenho da Figura Humana em menores em conflito com a lei. Caso concorde em participar como voluntário (a) da pesquisa, sob responsabilidade da aluna mestranda em Psicologia Aletéia Henklain Ferruzzi, assine o termo de consentimento.

Assinando o termo de consentimento, estou ciente de que:

- Durante o estudo desenharei dois desenhos da figura humana, de sexo diferente e posteriormente responderei a um questionário sobre os desenhos realizados;
- Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos por meio da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho acima expostos, cujos dados poderão ser publicados em periódicos científicos;
- Os procedimentos aplicados não oferecem riscos conhecidos à minha integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais;
- Estou livre para interromper minha participação a qualquer momento;
- Poderei entrar em contato com o responsável pelo estudo sempre que julgar necessário pelo telefone (11) 4534-8046;
- Para contatar o Comitê de Ética da Universidade São Francisco, entrar em contato com a secretária pelo telefone (11) 4534-8040;
- Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação nesta pesquisa;
- Este termo de consentimento é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em meu poder e a outra com o pesquisador responsável.

Eu, _____, portador do R.G. _____, residente à rua _____, nº _____, da cidade de _____ estado de _____, telefone () _____, responsável pelo menor _____ dou o consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário (a) da pesquisa supra citada.

Itatiba, _____ de _____ de 2005.

Assinatura do Responsável

Questionário de identificação

Nome: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Delito: _____

Medida Sócioeducativa: _____ Tempo: _____

Com quem mora: _____

Já viveu na rua: _____

Números de irmãos: _____

Quem faz parte da família: _____

Tem companheira: _____ Filhos: _____ Quantos: _____

Qual o primeiro delito: _____

O que motivou: _____

Alguém da família já cometeu algum delito: _____ Quem: _____

Qual delito: _____ Foi detido: _____

Faz uso de drogas: _____ Que tipo: _____

Observação: _____

Inquérito do D.F.H.

História: _____

1 – Qual a idade que essa figura parece ter? _____

2 – É casado ou solteiro? _____

3 – Qual a ocupação? _____

4 – Parece com alguém? Quem? _____

5 – É forte? _____

6 – É nervoso? _____

7 – Qual é a melhor parte do corpo e por quê? _____

8 – Qual é a pior parte do corpo e por quê? _____

9 – Quais são seus principais desejos? _____

10 – O que lhe deixa de mau humor? _____

Observações: _____

Critérios de Correção do Desenho da Figura Humana

	1ª	2ª
1. Cabeça		
Grande		
Pequena		
2. Parte do rosto		
Omissão		
Ênfase exagerada		
3. Expressões Faciais		
Perfil		
Preocupação autística e narcisista		
4. Boca		
Omissão		
Reforçada		
Grande		
Pequena		
Forma especial		
Sombreada		
Borrões		
Erótica		
Com dentes a vista		
Ênfase excessiva		
Com língua		
Grossa linha entrecortada		
Côncava		
No início do desenho faz com linha grossa e depois normaliza		
Apertada, com expressão de tensão		
Grande, como de palhaço		
5. Lábios		
Grossos		
Com língua, sensuais		
Figura masculina diferente da feminina		
Como arco de cupido		
Com linha fora do lugar, como palito de dente		
Com cigarro		
6. Queixo		
7. Olhos		
Com ênfase		
Penetrantes		
Grandes, escuros		
Pupilas grandes, mas olhos pequenos		
Fechados		
Sem pupilas		
Feitos com um círculo		
8. Sobrancelha		
Grande, peluda		
Levantada		

Bem cuidada, penteadas		
9. Orelhas		
Ênfase		
Omissão		
Grande		
Com transparência		
Disforme		
Fora do lugar		
Com borrões		
10. Pelos (barba, bigode, cabelo)		
Desordenado		
Abundantes		
Cacheados		
Em cascatas		
Sombreados, com pouco delineamento		
Cavanhaque		
Destacado da cabeça na fig. feminina		
11. Nariz		
Sombreado		
Ênfase		
Largo		
Grande		
Pequeno		
Narinas destacadas		
12. Pescoço		
Omissão		
Largo		
Fino		
13. Nudez		
14. Movimento de contato		
15. Braços e mãos		
Contorno impreciso		
Mãos sombreadas		
Mãos segurando espadas		
Mãos dentro do bolso		
Grandes		
Braços frágeis		
Omissão dos braços		
Braços largos		
Mãos sobre a região genital		
16. Dedos das mãos		
Desenho dos dedos, sem as mãos		
Curtos e redondos		
Sombreados ou fortes		
Em forma de lança		
Punhos fechados e braços estendidos		
Punhos fechados pressionado sobre o corpo		
Dedos cuidadosamente articulados,		

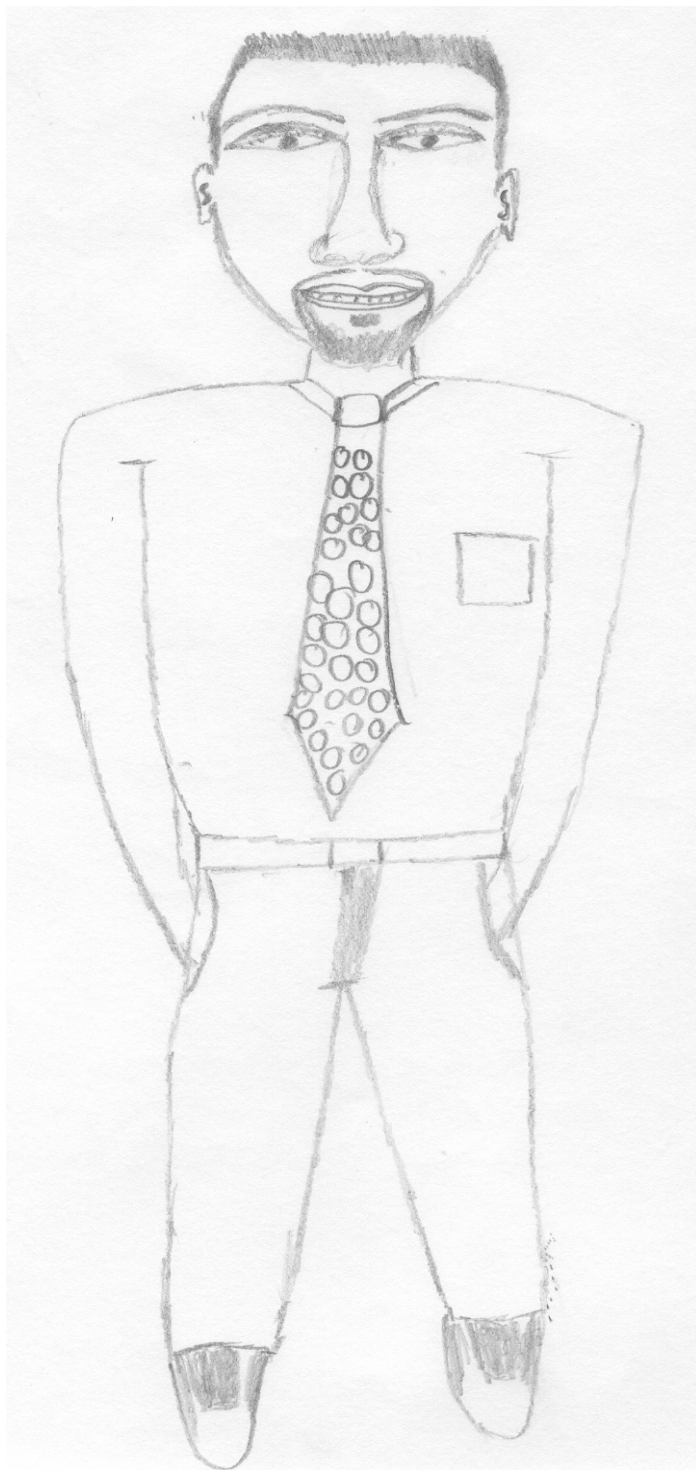
porém fechados por uma linha.		
Muito largos		
Mais de cinco dedos		
Unhas destacadas		
Em forma de garras ou ferramentas mecânicas		
17. Pernas e pés		
Resistência para desenhar		
Em forma de saia e com traço ao meio para dar impressão de calça		
Pequenas em relação com o corpo		
Pernas fracas		
Sombreadas		
Em duas dimensões ou através da calça		
Pernas torcidas		
Musculosas		
Semelhante ao falo		
Pés pequenos		
Pés grandes		
18. Dedos dos pés		
Dedos dos pés assinalados em figuras vestidas		
Dedos dos pés pintados através dos sapatos		
Dedos cerrados por uma linha		
19. Tronco		
Arredondado		
Com ângulos		
Longo		
Com traço contínuo da cabeça até os pés		
Fechado na parte inferior		
Magro		
Contorno duplo e confuso		
20. Seios		
Sombreados, borrados		
Encobertos por bolsos		
Acentuados		
21. Ombros		
Destacados, com ombreiras		
Borrões		
Reforçado		
22. Cadeiras e nádegas		
Interrompidos		
Nádegas ampliadas		
Cobertos com jaquetas grandes		
Traços confusos		
Linha exagerada da cadeira		
23. Linha da cintura		
Separado da linha natural do corpo		
Muito fina		
24. Indicações anatômicas		
Presença de órgãos internos		
Linhas incompletas na região torácica e pélvica		

Linhas representando as costelas		
Órgãos sexuais		
Linha do corpo vista através das roupas		
25. Articulações		
Figura muito pequena		
Ênfase		
26. Roupas		
Sem roupa		
Vestido longo (até o tornozelo)		
Figura jovem com roupas de adulto		
Figuras com adornos		
27. Botões		
Ênfase (sombreamento ou colocação inadequada)		
28. Bolsos		
29. Gravata		
Ênfase		
Pequena, imprecisa		
Comprida, destacada		
Como se estivesse flutuando		
30. Sapatos e chapéu		
Em forma de falo		
Borrões		
Chapéu presente e ausência de demais vestuário.		
Chapéu transparente		
Outros acessórios: cachimbo, cigarro, pistola, bastão.		
31. Tema		
Estereótipo		
Pessoa específica		
Própria pessoa		
Figura muito feia		
Mais nova (do próprio sexo)		
Mais velhas (do próprio sexo)		
32. Ação de movimento		
Caminhando		
Em combate, luta		
Cumprimentando		
Passeando		
Parado		
33. Ordem		
Ordenado		
Desordenado		
Indecisão		
Início do desenho pelo boné ou traços da face, a cabeça feito por último, desenham dos pés para cima.		
34. Simetria		
Excesso		
Perfeccionismo		
Exibicionismo		
Confusa		
35. Linha média		
Ênfase		

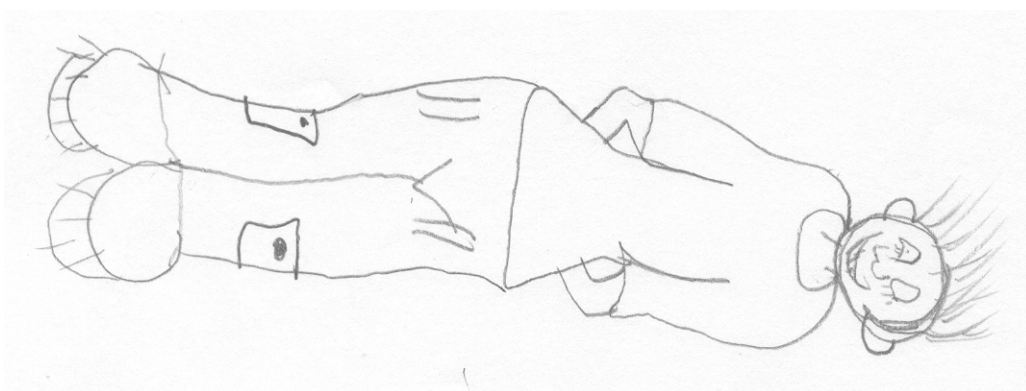
Ênfase por meio de fileiras de botões		
36. Tamanho e posição na folha		
À direita da folha		
À esquerda da folha		
Na parte superior da folha		
Na parte inferior da folha		
No centro da folha		
Grande		
Larga		
Pequena		
Com pouca proporção		
Com traço muito forte		
Traçado simples		
37. Postura		
Mal equilibrada		
Flutuando		
Pernas apertadas e juntas		
Com braços apertados junto ao corpo		
38. Perspectiva		
Figura de perfil		
Homem de frente e cheio de roupas		
Cabeça de perfil, tronco de frente e pernas de perfil		
39. Tipo de linha		
Confusa		
Sólida		
Quebrada		
Fragmentada		
Reforçada		
Fina		
Grossa		
40. Indicadores de conflitos		
Traço diferencial em alguma parte do corpo		
Nariz achatado		
Mãos separado dos braços		
Olhos fechados		
Omissão de alguma parte do corpo		
41. Borrões		
42. Sombreamento		
Ênfase		
No peito		
Nos seios		
Na região genital do próprio sexo		
Na região genital do sexo oposto		
Nas roupas		
43. Tratamento diferencial entre as figuras de homens e de mulheres		
Homens psicosssexualmente infantil e		

imaturamente tendem a desenhar a figura de homens bem detalhada e bondosa, enquanto desenhavam figuras de mulheres com imagem materna, com virilidade e hostilidade. Se a figura feminina for menor que a figura masculina pode indicar uma atitude de desprezo em relação à figura feminina, em defesa contra a imagem autoritária, castradora assimilada a ela.		
A mulher que se encontra dominada e está sob a influência masculina pode fortalecer a figura feminina e debilitar a masculina.		
Os sujeitos podem projetar nos dois desenhos, porém, outras vezes projetam unicamente seus defeitos na figura do sexo oposto.		
Costuma-se desejar primeiro a figura do próprio sexo; os homossexuais costumam desenhar figuras do sexo oposto. Os desenhos de homossexuais pode mostrar também confusão sexual.		
44. Considerações sobre o desenvolvimento		
A idade cronológica não altera a expressão gráfica. Porém, deve-se observar se os traços estão de acordo com a idade. Todavia, não há normas estabelecidas a respeito.		
Os meninos muito pequenos (3 ou 4 anos) desenhavam pessoas que se parecem com aranhas. O tronco aparece mais tarde que a cabeça e as extremidades. Se um adulto desenha como um menino pode ser indicativo de regressão ou de retardo mental evidente.		
O erro de perspectiva e de transparência inadequada é normal em meninos, mas em adultos indicam um juízo e discernimento pobre.		
O sombreado em desenhos de meninos é mais um traço de insegurança frente ao mundo dos adultos, mas isso é sinal de uma patologia mais específica.		

Protocolo de adolescente em conflito com a lei



Protocolo de adolescente em conflito com a lei



Protocolo de adolescente em conformidade conflito com a lei



Protocolo de adolescente em conformidade conflito com a lei

